



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 119

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 21 DE JULHO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2322
SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO	2323

TAQUIGRAFIA

ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

(Em 23 de junho de 2015)

Presidência dos Srs.
Edson Martins - 1º Vice-Presidente
Ezequiel Júnior - Deputado

Secretariado pelo o Sr.
Lebrão - 1º Secretário

(Às 15 horas e 13 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuino Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Marcelino Tenório (PRP).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta a 29ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior. Mas antes, eu quero registrar a presença do Adalvo Maio, meu amigo Secretário de Saúde do município de Urupá. Muito obrigado pela sua presença. Quero registrar e agradecer a presença de todas as pessoas que compõem a galeria desta Casa, prestigiando os trabalhos.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 110/2015 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que “acrescenta dispositivos à Lei nº 950, de 22 de dezembro de 2000, que ‘Institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA’”.

02 – Mensagem nº 111/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro até o montante de R\$ 554.264,72, em favor da Unidade Orçamentária Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministério Público de Rondônia – FUNDIMPER”.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

03 - Mensagem nº 112/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Institui o Comitê de Articulação Estadual do Programa Territórios da Cidadania – CAE, dispõe sobre sua organização, funcionamento e dá outras providências”.

04 - Mensagem nº 113/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Institui o Programa Rondônia Pró-Catador, o Comitê Interestadual para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, dispõe sobre sua organização e funcionamento e dá outras providências”.

05 - Mensagem nº 114/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “cria o Comitê Estadual para a Política de Juventude no Estado de Rondônia – COEJUV/RO e dá outras providências”.

06 – Ofício nº 900/2015 – COTEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 307/15, de autoria do Senhor Deputado Luizinho Goebel.

07 – Ofício nº 901/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 117/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

08 – Ofício nº 902/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 110/15, de autoria da Senhora Deputada Lúcia Tereza.

09 – Ofício nº 904/2015 – COTEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 233/15, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

10 – Ofício nº 907/2015 – COTEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 322/15, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

11 – Ofício nº 908/2015 – COTEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 247/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

12 – Ofício nº 909/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 118/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

13 – Ofício nº 1646/2015 – Governo do Estado, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 046/15, de autoria do Senhor Deputado Airton Gurgacz.

14 – Ofício nº 1015/2015 – IDARON, encaminhando resposta ao Requerimento nº 119/15, de autoria da Senhora Deputada Glaucione.

15 – Ofício nº 970/2015 – SESDEC, encaminhando Ofício Circular nº 060/15-GAB/SESDEC, que trata de medidas adotadas pela secretaria inerente ao “toque de recolher”.

16 – Ofício Circular nº 020/2015 – SESAU, solicitando apoio em defesa da Saúde Pública brasileira, e encaminhando documento “Carta a Nação”, firmada pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

17 – Ofício nº 015/2015 – Associação dos Praças e Familiares da Polícia e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia, encaminhando informações com pedido de providências.

18 – Requerimento da Associação de Desenvolvimento da Papiloscopia no Estado de Rondônia, solicitando que seja retirada a parte final do inciso XI, do Art. 81, do Projeto de Lei Complementar que “altera a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual”.

19 – Mensagem 115/2015, de 23 de junho de 2015 - Exm^s Srs. Membros da Assembleia Legislativa, com atenciosos cumprimentos solicito os bons préstimos de Vossa Excelências no sentido de que seja retirado de tramitação e devolvido ao Poder Executivo o Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a estruturação organizacional e o funcionamento da Administração Pública Estadual, extingue, incorpora órgãos do Poder Executivo estadual e dá outras providências, objeto da Mensagem 107 de 15 de junho de 2015. Antecipando agradecimentos pelo pronto atendimento, subscrevo com estima e distinguida consideração, Governador Confúcio Aires Moura.

20 - Mensagem nº 116/2015, de 23 de junho de 2015 - Exm^s Srs. Membros da Assembleia Legislativa, com amparo no Artigo 42, inciso I da Constituição do Estado, impõe-se o dever de informar a Vossas Excelências que vetei totalmente o projeto de iniciativa dessa Augusta Assembleia Legislativa que dá nova redação aos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º, ao caput e ao Parágrafo 1º do Artigo 2º, todos da Lei 3.306, de 19 de dezembro de 2013 e dá outras providências, encaminhando a este Executivo com a Mensagem 093/2015, de 29 de maio de 2015.

21 - Mensagem nº 117/2015, de 23 de junho de 2015 - Exm^s Srs. Deputados Membros da Assembleia Legislativa, com amparo do Artigo 42, Parágrafo 1º da Constituição do Estado, impõe-se o dever de informar a Vossas Excelências que vetei parcialmente o Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informar aos produtores de leite até o penúltimo dia útil do mês valor mínimo a ser pago pelo litro no mês subsequente encaminhado a este Executivo com a Mensagem 092/2015.

22 - Mensagem nº 118/2015, de 23 de junho de 2015 - Com amparo no Artigo 42, Parágrafo 1º, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei de iniciativa deste Poder Executivo que altera a redação dos Artigos 1º, 3º, 4º da Lei 3.278, de 13 de dezembro de 2013, encaminhado a este Executivo com a Mensagem 094, de 29 de maio de 2015.

23 - Mensagem nº 119/2015, de 23 de junho de 2015 - Encaminhei também esse Projeto de Lei que dispõe sobre o ingresso e permanência de cães-guias em locais que especifica, encaminhado por este Executivo sob a Mensagem nº 100/2015, de 03 de junho de 2015.

24 - Mensagem nº 120/2015, de 23 de junho de 2015 - Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 1.021.656,18 em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

25 - Mensagem nº 121/2015, de 23 de junho de 2015 - Encaminhando Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar por anulação até o montante de R\$ 2.160.754,31 em favor da Unidade Orçamentária Superintendência Estadual do Esporte, da Cultura e do Lazer – SECEL, e Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

Lido o Expediente, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o Expediente, passemos às Breves Comunicações.

Não há oradores inscritos.

Passemos ao Grande Expediente. Com a palavra a Deputada Lúcia Tereza.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras Deputadas. Minha presença nesta Tribuna, nesta terça-feira, não é só para apresentar projetos ou para trazer reivindicações da sociedade ao Governador, aos Secretários ou aos Agentes Público. Hoje a minha presença aqui, senhores Deputados, é para fazer um registro de lamento e de coração e de fato. O falecimento do servidor, do ser humano, atualmente estava na Polícia Legislativa, mas que ingressou como motorista, o senhor Antônio Barbosa da Silva. E nesta terça-feira ou essa madrugada, veio a falecer. E por que eu quero falar dele? É porque são valores que têm que ser lembrados e jamais esquecidos, porque ele fez, dentro da sua função, que para muitos é limitada e pequena, muito grande de lealdade, de fidelidade e de assiduidade e de cidadão. Seu Antônio, como todos os antigos e novos servidores nesta Casa, Deputados, desde a 1ª Legislatura até esta atual Legislatura, foi um dos primeiros funcionários desta Casa, do grupo que em 1983 começou a caminhada com moralidade, com retidão, com perfil de representantes do povo. Conheci seu Antônio quando ainda foi tão divulgado a 1ª Mulher do Amazonas a ser eleita Prefeita, éramos em 12 Prefeitos e só eu de Prefeita. Ele admirava, ele apoiava, e quando ele chegava ao meu município, ele fazia parte da imprensa desta Casa, comandada naquela época pelo Jornalista Carlos Sperança, ele ia ao nosso barraco, ele era uma autoridade, porque ele trazia informações e colhia até soluções do próprio Governador. Ele se inteirava, ele interagia, ele fazia, na sua quietude, às vezes até na sua, muitas vezes sem ser notável, mas ele fazia esse trabalho. Por isso que eu estou aqui falando dele e dizer que em 1990, na Campanha de eleição do Deputado Oswaldo Piana para Governador, ele era o motorista do Piana. E, de lá em diante, sempre observei na vida profissional do seu Antônio um comportamento típico das pessoas que cumprem suas funções, tanto naquela condição quanto, quando depois, como participante do quadro desta Polícia Legislativa. Muitos dos servidores desta Casa, hoje, estão trabalhando em estado de luto, uma situação que alguns dias, porque na semana passada nós perdemos também o senhor Ozias, também com bons serviços igual ao seu Antônio. Quero, em meu nome e da minha

família, porque eu conhecia muito bem, e de todos aqueles que conviveram com esses dois servos, eu diria servos de Deus mesmo, pedir ao Senhor de todos nós que lhes dê a guarida merecida, enviar aos familiares, Senhor Presidente, votos de pesar, mas ressaltando que ambos sempre cumpriram suas missões. Esperamos, temos certeza que Deus os receberá dentre seus eleitos. Infelizmente, o meu discurso jamais, terça-feira retrasada, jamais pensei que hoje, estando aqui, iria fazer esse discurso. Dizer a todos que seu Antônio e seu Ozias são marcos, são pessoas que nós podemos exemplar, exemplificar como pessoas idôneas que participaram, passaram por todas as tribulações, todos os atritos, mas sempre sai ileso, porque, realmente eles tinham o perfil de ser humanos de bom coração.

Muito obrigada, Senhor Presidente e muito obrigada, senhores Deputados.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputada Lúcia Tereza.

Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Liderança.

Com a palavra o Nobre Deputado Lazinho da Fetagro, por vinte minutos, com Apartes.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Senhor Presidente Edson.

Quero cumprimentar toda a Mesa em seu nome, a todos os Deputados e Deputadas aqui presentes; cumprimentar os nossos colaboradores da Casa, que tanto têm nos ajudado aqui neste Parlamento; cumprimentar a todos e todas que estão presentes neste Plenário de hoje; em especial cumprimentar os nossos Diretores da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, que hoje nos honra com a visita; o Presidente Fábio Menezes; o Udo Whalbrink, Vice-Presidente; o Ecimar Viana, Secretário de Políticas Sociais e, em nome dele, todo movimento sindical do nosso Estado. Cumprimentar o companheiro Presidente da Câmara lá de Corumbiara, Valdinei, o conhece como Nenzinho, então o nome é mais difícil. Em nome dele, junto com o Vereador Geraldinho também de lá; e todas as outras autoridades e todos os Vereadores aqui presentes.

Quero em primeiro lugar enfatizar, Senhor Presidente, a importância de ontem a nossa Presidenta Dilma lançar o Plano Safra da Agricultura Familiar, que mesmo com a crise em que o País se instala, coloca o recorde de recursos para a agricultura familiar. Quase 30 bilhões de reais, e levando-se em consideração que em 2002 foi 2.4 bilhões, e hoje o Plano Safra da Agricultura Familiar, passa de 28 bilhões de reais. Assim como avançou o Plano do Agronegócio, avançou também o Plano da Agricultura Familiar. Isso vem mais investimento em crédito, investimento em Assistência Técnica, enfim, no fortalecimento daqueles e daquelas que produzem mais de 70% da alimentação que vai à mesa do povo brasileiro. Também lembrar a importância de um ato acontecido na nossa região, no município de Jarú, onde a SEAS, junto com a Prefeitura e com a Rádio Comunitária Municipal e a comunidade, levou, conseguimos levar para lá o Plano de elaboração, construção, confecção de documentos naquela região, mais de 2.800 documentos foram confeccionados nesse período de uma

semana, no trabalho, na região de Jarú. Parabenizo a SEAS e agradecer todo o empenho da nossa Secretária Val, por isso. E, por último, um fato de comunicação bastante triste, que é o acontecido em Nova Califórnia, que foi o acidente que aconteceu no Projeto RECA, Deputado Adelino, onde o incêndio levou embora quase um milhão de investimentos daqueles agricultores. E o Projeto RECA, para o Brasil, para a região Norte do Brasil, é exemplo em organização dos agricultores familiares. Infelizmente, um incêndio acidental levou a esse prejuízo aqueles agricultores, mas temos certeza da importância que é essa organização e com certeza essa organização e essa união que tem os trabalhadores, vão reerguer novamente o Projeto e tornar exemplo. E ainda, no dia de hoje, eu me lembro que há 22 anos, nós, em um Encontro em Ji-Paraná, fundávamos a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a FETAGRO. Hoje faz 22 anos em que essa organização vem lutando em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do nosso Estado, vem lutando, fazendo a luta pela terra, vem defendendo os programas e propondo programas para o Governo do Estado e participando da construção de programas para agricultura familiar como nenhuma outra entidade da região Norte conseguiu fazer. A Federação tem hoje 43 Sindicatos filiados à sua base, mais de 120 mil agricultores e agricultoras filiados a essa Federação através dos seus sindicatos, e ela, ao longo desses 22 anos, conseguiu propor ações, Deputado Aécio, para o nosso Estado de extrema relevância e de extrema importância para o fortalecimento do setor produtivo. Eu posso citar aqui algumas ações da nossa Federação que além de eleger e contribuir para um Projeto Político de fortalecimento desse setor, que foi a eleição do Deputado Federal Anselmo de Jesus, por três mandatos, a nossa eleição nesse primeiro mandato como representante desse setor da agricultura no nosso Estado e também é exportador de pessoas capacitadas, de lideranças capacitadas para esse setor do Brasil, como foi a eleição da primeira mulher Vice-Presidente da Confederação em Brasília, que foi a eleição da Alessandra, a dois mandatos atrás como Vice-Presidente daquela Confederação. A primeira mulher no Brasil a ser Vice-Presidente de uma Confederação, a maior Confederação da América Latina. Além disso, a proposição junto com as outras organizações de agricultores familiares do Brasil, como a criação de leis, e eu posso citar algumas leis aqui. Hoje, nós temos alteração do Código Florestal, Deputado Adelino, Vossa Excelência, esta Casa composta junto com o Deputado Edson, com o Deputado Ribamar, o Deputado Lebrão que são os Deputados mais experientes desta Casa, lembra da luta que foi quando nós, ainda como Presidente da FETAGRO, na discussão do Código Florestal, nós recebemos cacetada, pancada de todos os outros setores que não entendiam a propositura da Federação na época, e aí esta Casa de Leis, o Deputado Luizinho, estava aqui, os outros Deputados que estavam encamparam essa demanda. O Deputado Anselmo foi Vice-Presidente da Comissão e hoje nós temos o Código Florestal adequado, no Brasil todo, puxado por essa organização, a FETAGRO aqui no Estado.

O Programa de Habitação Rural, que por muitos anos era um programa feito somente para o meio urbano, Deputada Lúcia Tereza, passou a ser aqui em Rondônia na região Norte a primeira Federação na região Norte do Brasil a construir e

organizar trabalhadores na construção de habitação. Programa do Governo Federal, e hoje passam de 4.500 unidades construídas neste Estado, ou seja, milhões e milhões de recursos.

A lei da agricultura familiar saiu da primeira mobilização como proposta ao Governo Federal, da primeira mobilização feita chamada, na época, “Grito da Terra” ou “Grito da Amazônia” que foi o primeiro grito feito. A lei hoje que coloca os agricultores familiares como categoria, foi criada também como Proposição.

Participação nos Programas como PAA, como o PNAE. A pauta da Educação do Campo. Agora mesmo a nossa Federação está organizando junto com outras entidades e prefeituras, cursinhos preparatórios para preparar filhos de agricultores para cursar Licenciatura, o Curso de Licenciatura pela UNIR, que é um programa também criado pelo Governo Federal e a primeira Federação na região Norte do Brasil que organiza filhos e filhas de agricultores em cima disso, para que possamos ter no campo filhas e filhos capacitados junto às escolas, lecionando para os seus próprios companheiros.

A Lei da Previdência, Deputada Lúcia, que por muitos anos ela ficou no Congresso Nacional, que entrou no Congresso Nacional, em 1993, através de um Projeto de iniciativa popular e foi aprovado no Governo Lula, em 2006, esteve na nossa Federação por mais de 20 dias, organizada com mais de seis ônibus, em Brasília, junto com o Brasil todo, para poder ser aprovado.

Então, se nós formos citar aqui a discussão da questão de gênero... Agora mesmo esta Casa propôs, nós propusemos a esta Casa e foi aprovada a inclusão do nome da esposa na ficha do IDARON, que hoje coloca a mulher com o seu patrimônio junto com o esposo para que ela possa também coordenar o processo da construção dessa forma de vida no campo. Antes era só o homem, hoje nós esperamos que o nosso Governador possa sancionar essa Lei, porque seria uma aberração, uma aberração para o Estado de Rondônia, um Veto do Governador nessa questão da inclusão da mulher na ficha do IDARON.

A lei do leite que nós fizemos em conjunto com esta Casa, Proposição da pauta do Grito, de muitos anos nós lutando, agora aprovada e sancionada já pelo Governador, que obriga as empresas de laticínios a fornecer antecipadamente o preço do leite para os agricultores. Ou seja, a FETAGRO, além de ser uma entidade organizadora, uma entidade de classe, também hoje é a maior entidade da região Norte em proposição de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. E para encerrar eu quero parabenizar toda a nossa direção, parabenizar a todos os nossos sindicalistas que muitas vezes, muitas vezes eu fiz isso, Deputado Adelino, pegar uma bicicleta e andar 25 quilômetros de bicicleta, sem receber um tostão para poder fazer e organizar os trabalhadores na luta pelos seus direitos e pelos seus deveres. E a nossa Federação tem feito isso no nosso Estado. Queira o nosso Estado...

A Sra. Lúcia Tereza – Um Aparte, Deputado?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Pois não, Deputada.

A Sra. Lúcia Tereza – Olha, Deputado Lazinho, quando eu te conheci de perto, a gente já conhecia a sua história pelas

peessoas que acompanham o trabalho e os movimentos, lá no meu município. Quando eu cheguei aqui, eu falei: “Lazinho, eu quero que você me ensine a trabalhar e a ser mais útil para o setor produtivo, principalmente para a agricultura e tal...” e Vossa Excelência falou: “Lúcia eu quero que trabalhemos juntos, Saúde, Agricultura, o setor produtivo, e uma saúde preventiva que nós podemos filtrar nesse trabalho”. Elogiar e pedir a Vossa Excelência, porque a gente se dispõe, estamos aqui à disposição para que todo esse trabalho que Vossa Excelência viu nascer, que vocês perseguiram, que vocês lutaram que não seja em vão. Que as conquistas possam ser fortalecidas cada vez mais. O meu medo, Deputado Lazinho, eu sei do sacrifício, eu sou temerosa, é quando se faz tanto, depois estagna, vai ficar parado ou não vai ter continuidade ou sucesso. Precisamos fortalecer essas ações, acompanhar mais de perto, e gostaria muito que Vossa Excelência contasse com a minha pessoa, usasse o meu mandato para que fortalecesse tudo isso que vocês fizeram nascer. Queria parabenizar e dizer que o senhor deve se sentir muito útil. E é feliz daquele que tem o mandato e sabe usar, não monopolizando para setor ‘a’ ou ‘b’ só, mas para todos, porque todos que plantam, todos que produzem, com certeza é a maioria no Estado de Rondônia. Eu diria que é 99%. Eu queria dizer que Vossa Excelência está de parabéns, seu mandato está fortalecido, e gostaria de somar contigo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Nobre Deputada.

O Sr. Aécio da TV – Um Aparte, Deputado?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Pois não, Deputado Aécio.

O Sr. Aécio da TV – Deputado Lazinho, parabéns pelas suas palavras, mas nem tudo são flores. O Plano Safra da Agricultura Familiar, o valor que o Governo Federal anunciou é um valor considerável, me preocupa os juros, porque vi que alguns casos chegam a até 15% ao ano. Foi no contexto da Matéria toda que eu vi. Mas eu tenho uma crítica a fazer do Governo Federal, com relação ao número de assentados da reforma agrária. Vi uma reportagem onde dizia que o menor número dos últimos 12 anos está acontecendo agora. Menor do que no Governo Fernando Henrique, menor do que no Governo Lula. Foram assentados apenas 32 mil famílias o ano passado, em 2014. Já tivemos ano de ser assentados até duzentas mil famílias. O Governo propôs agora um mutirão para tentar assentar todas as pessoas que estão acampadas. Foi dentro do contexto da Matéria que vi. Portanto, acredito que precisa fazer mais, por conta da crise e tudo, mas os números que estamos passando, que estou passando são números do ano passado. A meta, Deputado Adelino, era de 30 mil, foram assentados 32 mil, mas esse número é insignificante diante dos números que foram assentados no Governo Lula e no Governo Fernando Henrique Cardoso. Então, acho que precisa fazer mais, a Agricultura Familiar é extremamente importante não só para a economia, mas principalmente para conter o êxodo rural, para deixar o homem lá no campo. Enfim, é uma alternativa que não se pode abrir mão de jeito nenhum, porque, principalmente no Estado de Rondônia, um Estado tipicamente agrícola, que tem o melhor projeto de reforma agrária do Brasil, porque nós temos mais de 120 mil produtores rurais lá no campo, morando lá no campo,

e isso é extremamente importante não só para Rondônia, mas para todo o Brasil. Mesmo assim, parabéns pela sua fala e parabéns por estar tocando e por ter saído desse movimento de reforma agrária, esse movimento rural que é extremamente importante para todo o País.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Deputado.

Só lembrando que o valor de 28.9 bilhões é um valor considerável e muito importante. Os juros, o maior juro da agricultura familiar é 5.5%. É um juro alto. Alto porque nós tínhamos 3.5% o mais alto e foi para 5.5% o mais alto. Porém, eu acho que é uma briga que a FETAGRO e a CONTAG já está fazendo em Brasília para tentarmos reverter. Outra coisa, Deputado, eu acho importante quando Vossa Excelência destaca a questão da reforma agrária. No nosso país nunca houve reforma agrária. Houve distribuição de documentos. Porque quando eu entro numa terra, primeiro, sem documentos, sem nada, o Deputado Adelino entrou na terra dele, ele não tinha documento, ele teve que buscar documento, depois. A reforma agrária, é você dar a terra, dar o documento, dar estrada. Nós não tivemos e muito menos agora no nosso Governo. Nós temos consciência disso, de que a gente precisa avançar. Avançar inclusive na legislação, porque se distribuir terra sem uma regra coibidora de certos atos, também não compensa. E isso, na última reunião que nós tivemos, o ano passado, com a Presidente Dilma, ela colocou bastante claro isso. Eu acho que tem que regulamentar e tentar fortalecer. Eu acho muito importante, Deputado Adelino, muito importante a vossa intervenção, porque contribui muito e nos ajuda poder refletir.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Um Aparte, Deputado?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Pois não, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Quero parabenizar, Deputado Lazinho, pelo seu pronunciamento e parabenizar o trabalho que a FETAGRO faz e fez, está fazendo. Eu acompanho o seu trabalho há muito tempo, e para nós, com certeza, vocês fazem um grande trabalho. Mas nós temos que avançar bem mais na Agricultura Familiar. O Governo Federal prometeu muito e até agora fez pouco. Chegou a fazer inscrição no Correio para quem precisava de terra, parecia que na época do Lula, fez aquelas inscrições, criou uma expectativa muito grande, aquilo que o Deputado Aécio falou, é uma realidade. O Governo Federal, e muita gente votou, inclusive, na Dilma, pensando que ia melhorar esse setor produtivo, principalmente a Agricultura Familiar, mas tem muita propaganda e pouca realidade. Então, eu concordo, Minha Casa Minha Vida, mas eu acho que tinha que ter Minha Terra Minha Vida, quem tem vocação, não devia trazer para a área urbana não, tinha que ajudar ele a ficar lá no campo nem que seja financiado, vinte, trinta anos para que ele pague, compre uma terra, mas nós temos que, com certeza, avançar mais. Mas eu quero parabenizar a FETAGRO por várias conquistas que tiveram e vai ter muitas outras, eu sei que se não tivesse o trabalho que vocês têm em nível nacional, que vocês fizeram durante... a coisa estaria pior, ainda. Mas com certeza, parabenizar o seu trabalho e dizer que o Governo Federal tem que investir mais no setor produtivo, porque não é despesa, é investimento.

Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Agradeço ao Deputado Adelino. Agradeço a toda esta Casa pela forma como tem contribuído para esse setor tão importante que é a agricultura familiar.

Dizer que as inscrições, Deputada Adelino, foram na época do Fernando Henrique Cardoso, era o Banco da Terra, e aquilo ali foi um engodo tocado muito grande. Hoje tem um programa que precisa o nosso Estado se organizar para que cada vez mais seja fortalecido, e eu volto a repetir que é o Crédito Fundiário. Da forma como Vossa Excelência colocou agora, o Crédito Fundiário, é mais barato do que a reforma agrária. E o Governo do Estado, o Governo Federal precisa investir mais, porque é mais fácil fazer. Agora, a operacionalização do programa é que tem dificultado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – A burocracia neste País, desculpa lhe interromper. Existe, mas ninguém consegue chegar lá. Nós criamos uma expectativa de anos e anos de discussão, e parece que a coisa nunca acontece, parece que foi feito para não acontecer. Concordo com Vossa Excelência também, o Banco da Terra, na época, faltou recurso, porque se tivesse mais recurso também... Mas agora burocratizou demais e com certeza é uma saída.

Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado, nós temos hoje 570 famílias assentadas no Estado pelo Crédito Fundiário. É muito pouco, é muito pouco, nós temos Estados com três mil famílias. Agora aqui no Estado nós temos algumas realidades que proíbem ou que dificultam o crédito fundiário, uma delas é a documentação, nós temos muitas áreas sem documentos. Então, nós não vamos ter, nós não vamos ter a questão ambiental regularizada, nós não vamos ter o assentamento, a legalização de documentos enquanto todo mundo não tiver documento. Eu quero, por fim, salientar e parabenizar a nossa Federação, parabenizar aos nossos diretores que ao longo da vida têm contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar aqui no nosso Estado. Parabéns à FETAGRO, parabéns a todos aqueles e aquelas que acreditam que se organizando as coisas são conquistadas e o Governo é alertado pela organização do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Lazinho, parabéns. Grande conhecedor do setor produtivo, agricultura familiar, setor fundiário e tem contribuído muito com suas atuações, com seus discursos em defesa do povo do Estado de Rondônia, nesta Casa.

Eu gostaria de registrar a presença do Francisco Tiburtino, Chefe da CERON, lá do município de Urupá, nosso amigo, também do ex-vereador Mazinho lá de Urupá; Prefeito Serjão, está ali, obrigado Serjão pela presença; Vereador Valteone, também marcando presença. E registrar também a presença, em nome do Deputado Lazinho, do Fábio Menezes, Presidente da FETAGRO, está também no Plenário. Muito obrigado, Fábio, pela sua presença. Também registrar a presença do Edilson Almeida de Souza, Presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Rondônia; registrar a presença do Vereador Nenzinho e o Valdinei da Câmara

Municipal de Corumbiara; registrar a presença do Vereador Cezar e do Presidente do DER do município de Alvorada do Oeste, Cezar Oliveira. E também registrar a presença do Vereador Gilberto Lourenço, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alvorada do Oeste, em nome do Deputado Luizinho, Deputado Lebrão, Deputado Laerte. Registrar também a presença do Vereador Paulão, Paulo do Nascimento, conhecido por Paulão, da Câmara Municipal de Alvorada do Oeste.

Muito obrigado pela presença de vocês.

Ainda nas Comunicações de Lideranças, concedo a palavra ao nobre Deputado Laerte Gomes, por um prazo de vinte minutos, com Apartes. Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, vou ser mais breve em algumas comunicações. E gostaria de cumprimentar o Presidente, senhoras e senhores Deputados. Dizer, Senhor Presidente, que recebemos hoje, em nosso gabinete, a diretoria do SINDUSCON, Sindicato da Construção Civil do Estado de Rondônia, onde protocolou um documento e também o fiz ao Presidente desta Casa, Deputado Maurão, preocupado com a possível extinção do DEOSP na nova reforma administrativa que se encontra aqui nesta Casa. Então, seria, Senhor Presidente, já tirou? Retirou a reforma? Mas seria de bom tom, a construção civil hoje, líder Luizinho, Deputado Luizinho. A construção civil hoje é a que mais gera emprego no Estado de Rondônia. Nós temos que avaliar junto ao Governo, a possibilidade de manter o DEOSP para estar atendendo, atendendo esse segmento. E me preocupa muito Deputado Edson, nós, e eu ainda tenho que procurar um pouco, me informar melhor disso, porque eu não conseguir, ainda, descobrir a função da Secretaria de Assuntos Estratégicos que está sendo transformada numa Superintendência, deveria estar sendo extinta e a Secretaria da Paz, Deputado Lebrão, ainda não vi o resultado necessário para que se permanecesse como essa Secretaria. Eu acho que é um custo alto para o Estado e se nós estamos falando aqui em crise, se nós estamos falando aqui em crise, nós temos que cortar na carne, nós temos que cortar, o Governo tem que cortar na sua própria carne. Então, deixaria aqui essa reivindicação do SINDUSCON aos líderes do Governo, à Mesa Diretora, para que o Governo pudesse avaliar de uma forma mais ampla para que permanecesse o DEOSP. Até porque hoje, desde que se fundiu o DEOSP, em 2012, com o DER, a gente pôde perceber que existem muitas obras públicas aqui do Estado paradas. Então, seria de bom tom o Governo estar avaliando. Me chegou, Senhoras e Senhores Deputados, Deputado Saulo, uma denúncia em nossas mãos, através de e-mail de um advogado, algo preocupante, Deputado Jesuíno. Uma denúncia da licitação e eu vou ler a denúncia aqui do Consórcio Intermunicipal da região Central Leste do Estado de Rondônia, que fica em Ji-Paraná. O Consórcio, através do edital de Pregão Eletrônico nº 08/15, abriu uma licitação, Deputado Adelino, para futura eventual contratação, registro de preço da prestação de serviços concernentes à coleta: transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos. Classe 1 – resíduo serviço Saúde, pertencentes ao grupo, o edital diz que são “necessários a prestação de serviços conforme cláusula, condições e metas estabelecidas no contrato de programas celebrados entre os municípios consorciados e o Consórcio Público Intermunicipal, aos quais se submeterá as empresas

interessadas". Nós sabemos que tem uma Lei Federal que os municípios têm que dar a destinação correta, tem um prazo agora, que vence, já venceu, se não venceu vai vencer esse ano, aos resíduos sólidos. Mas me preocupou essa licitação, esse pregão. Se for da forma como eu recebi a denúncia, depois de realizada a fase dos lances de licitação, o procedimento teve o resultado. Foram 10 lotes, Deputado Lebrão, 10 lotes. O lote 01, a um e oitenta e cinco. O lote 02, a um e sessenta e cinco. O lote 03, a três e quarenta. O 04, a três e noventa e cinco. O 05, a um e sessenta. O 06, a três e oitenta. O 07, a um e cinquenta. O 08, a um e cinquenta e cinco. O 09, a um e quarenta. E o 10, a um e trinta. Uma, duas, três empresas diferentes venceram essa licitação, Deputado Edson, Presidente Edson. Contudo, veja bem, aqui essa aberração Deputado Léo Moraes: "Contudo, o consórcio desclassificou, todas as propostas vencedoras no certame e adjudicou todo o objeto, 10 lotes para licitantes que apresentaram preços bem superiores àqueles que se sagraram vencedores da fase de lances". Ou seja, aquele de um e sessenta e cinco, o lote 01 foi para quatro e oitenta. O mais barato era quatro e quarenta, e quatro o lote 05, e o lote 10, que no Pregão foi a um e trinta, está sete e noventa. Com as empresas, e aí a preocupação com as empresas que já prestavam serviços no contrato emergencial. É muita coincidência. Diante de tais fatos, aí diz a denúncia: "pluralidade de vencedores, não parece adequado crer que todas as propostas vencedoras sejam inexequíveis, mesmo porque formuladas por mais de uma empresa. Na verdade, há indícios dos fatos ora relatados, da prática destinada a frustrar o caráter competitivo do certame e a isonomia entre os licitantes, bem como direcionar a licitação para empresas que deliberadamente não ofertaram o menor preço, pois, de antemão, tinham convicção que se sagrariam vencedoras com os preços cheios. Além disso, há relatos que, pelo menos, uma das empresas declaradas, foram duas vencedoras, após a desclassificação das melhores propostas, presta serviço em quase todos os lotes ao CIMCERO. Prática que não pode ser aceita, pois é contrária aos princípios da Administração Pública, em especial aos princípios da legalidade, da moralidade, da economicidade, em notório afronto ao interesse público com possibilidade real de dano ao erário, já que os serviços são executados nos municípios do Estado, custeados com recursos públicos, pois quem paga isso são os municípios, é o dinheiro do contribuinte, por ser detentores de contratos de programas com os municípios para fornecimento do serviço respectivo". Então, Senhoras e Senhores Deputados, Deputado Saulo, é uma denúncia grave que eu vou encaminhar, Deputado Jean, vou encaminhar ao Ministério Público, ao GAECO, vou encaminhar ao Tribunal de Contas, ao Conselheiro do Consórcio, Deputado Luizinho, porque você não pode, Deputado Cleiton Roque, uma licitação num pregão, sair de um e oitenta e você eliminar dizendo que é exequível e passar para empresa que já presta serviço, a quatro e oitenta, quatro e quarenta e quatro, até a sete e noventa. Alguma coisa aqui está mal explicada. Então, nós vamos fazer esse trabalho, essa denúncia porque isso aqui são os cidadãos que pagam, porque o município cobra, o município cobra do cidadão ou vai cobrar na tarifa de água ou vai cobrar na tarifa de energia, mais um tributo que o cidadão vai pagar, mais uma taxa, Dr. Neidson, que o cidadão vai pagar. E quando o cidadão podia pagar um real e oitenta e cinco, que

quem paga é ele, o CIMCERO simplesmente cancelou o pregão e deu como vencedoras as empresas que já prestavam serviços, com um preço quase três vezes superior e isso vai arcar no bolso do cidadão. Então, nós vamos fazer essa denúncia porque nós não podemos concordar com uma atitude dessas.

Outra questão aqui, Senhor Presidente, que nós entendemos. A semana passada foi criada, Deputado Saulo, foi criada uma CPI aqui com relação a Evasão Fiscal, e o Deputado Jesuíno, que não está aqui no plenário agora, estávamos olhando o Regimento para instalação desta CPI, que eu considero, Deputado Aécio, da maior importância esta Casa cumprir o seu papel. Nós temos recebido e o Presidente tem recebido, o Presidente Maurão, tem recebido muita pressão de Associações e de Sindicatos, dizendo que no momento de crise não se pode fazer uma CPI de Evasão Fiscal, da Sonegação Fiscal ou do Incentivo Fiscal, quer que seja. Ora gente, quer dizer, porque é crise, o cidadão pode sonegar? O cidadão pode usurpar do benefício fiscal que tem para fazer concorrência desleal para lesar o erário? O cidadão pode fazer qualquer tipo de maldade porque, Dr. Neidson, é tempo de crise? Então, não se pode fiscalizar. Ora, gente, aqueles que estão trabalhando corretamente, que estão pagando seus impostos, que estão agindo de uma forma correta não têm com que se preocupar.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado, Vossa Excelência me concede um Aparte?

O SR. LAERTE GOMES – Com certeza, Deputado.

O Sr. Jean Oliveira – Primeiro, eu quero parabenizá-lo pela atuação enquanto parlamentar e parabenizá-lo pelo tema que traz em discussão sobre denúncias acerca de malfeitos na Administração Pública. E agora Vossa Excelência toca num assunto de suma importância, que foi a constituição de uma CPI para investigar a evasão fiscal aqui no nosso Estado de Rondônia. Eu quero que esse discurso, muito incoerente, Deputado Adelino, dizer que em época de crise não se pode instalar uma CPI, eu, Deputado Laerte, não faço nem questão de saber quem foi que proferiu essas palavras a Vossa Excelência. No entanto, eu quero dizer que esse discurso é como se comungasse com os saqueadores em época que muitas vezes o município ou um Estado passa por calamidade, como foi o caso aqui da nossa última enchente do rio Madeira, onde tiveram saqueadores entrando em casas e comércios alagados, roubando o que tinha de estoque de loja, roubando o que tinha de utensílio de valor nas casas. É a mesma coisa que concordar com aqueles que sonegam e que se utilizam de subterfúgios na lei, para não pagar imposto. Eu, pelo contrário, digo que em época de crise nós temos que fazer um pente fino, preservar aqueles que colaboram com este Estado, fazendo dessa CPI um incentivo àqueles que trabalham de forma correta continuarem trabalhando corretamente. E aqueles que, de maneira sorradeira, lesam os cofres públicos deste Estado, que se tem problema de corrupção dizendo que há desvio dos cofres do Estado, esse é muito maior. O rombo não é do dinheiro que está nos cofres, o rombo maior é do dinheiro que não entra nos cofres da administração pública. E

eu quero dizer que essa CPI vem para ir direto à ferida daqueles que estão lesando este Estado. E eu quero dizer que nós não podemos permitir aqui, Deputado, Vossa Excelência não era Deputado na legislatura passada, mas eu era. Tiveram projetos aqui aumentando o ICMS da energia, da bebida alcoólica, das jóias. Tivemos aqui projeto aumentando o ICMS lá nas alturas para poder pagar em dias o salário do servidor público. Fizemos o adiantamento dos royalties das Usinas até dia 31 de dezembro, Deputado Adelino, não sei se Vossa Excelência se recorda, para poder pagar salário do servidor porque senão ia atrasar. Agora, mexer no bolso, mexer naquele que está lesando o Estado é um equívoco deste Parlamento que representa o povo, me desculpe, se nós Deputados estivermos cometendo um equívoco, uma injustiça, eu quero ser condenado por essa injustiça, porque eu vou defender o meu Estado, eu vou defender o erário deste Estado. Não vou comungar com aquele que acha que o tem que passar a mão na cabeça empresário porque está em época de crise. Pelo contrário, nós temos é que fazer jus aos que colaboram, muitas vezes o pequeninho, sem poder está colaborando com o Estado e o grandão, que cada ano enriquece cada vez mais, esse lesa o nosso Estado. Portanto, quero comungar aqui, assinei essa CPI e faço questão de que ela seja instalada e faço questão de ser membro para poder participar das discussões e passar a limpo, tirar esse cartel que o Estado de Rondônia tem de pessoas que usurpam as nossas riquezas.

Obrigado pelo Aparte, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado Deputado Jean.

É uma verdade. E outra coisa, quando falamos empresários, nós estamos falando, Dr. Neidson, dos maus empresários, Deputado Adelino, daqueles que sonégam, fazem concorrência desleal, que prejudicam aqueles que estão trabalhando honestamente, gerando emprego e renda, mais muitas vezes têm que fechar as suas empresas porque não conseguem disputar com aqueles que estão burlando o fisco, burlando o Estado, tirando do Estado. Então, eu acho que essa CPI, com certeza, vai exercer o seu papel na sua plenitude. Eu não tenho dúvida nenhuma do caráter de todos aqueles Deputados que assinaram, dos que não assinaram também que querem que isso aconteça. Não tenho dúvida, Deputado Lazinho, que esta Casa vai exercer o seu papel com a maior serenidade, não fazendo caça às bruxas a ninguém. É bom deixar claro aqui que essa CPI não é contra Governo, não é contra ninguém, Deputado Edson. Essa CPI é para contribuir com o Estado, é para avaliar e fiscalizar e investigar aqueles que burlam o fisco e prejudicam. Prejudicam talvez a criança que não tem escola lá no município, prejudicam o hospital que não tem médico, que não tem medicamento, porque quando, ao invés de cumprir com a sua obrigação que o empresário, o comerciante não passa, Deputado Luizinho, de um fiel depositário, porque quem paga o tributo é o cidadão que vai lá e compra um pacote de arroz, compra um pacote de feijão, que compra uma mercadoria, e o empresário fica como fiel depositário do recurso e muitas vezes não paga e sonega o que é de obrigação, o que é o seu dever.

O Sr. Adelino Follador – Deputado, me concede um Aparte?

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Quero parabenizar o Deputado Laerte pelo seu discurso, e dizer que eu não assinei a CPI, mas eu acho essa idéia de que em época de crise não pode fiscalizar, não. Eu acho que nessa hora tem que buscar o dinheiro que é do Estado. Não estamos buscando o que é... colocando a mão no bolso de ninguém. Porque se estiver lá no bolso aquilo que era para ter recolhido e não recolheu, nós vamos fazer ele recolher porque não é dele, é do Estado. Então, eu acho que se não tiver nada errado, melhor. Mas se tiver o mau empresário ou qualquer pessoa que deveria recolher e não recolheu, eu acho que ele deve ser investigado. E nós não estamos fazendo contra o Governo, não. Que o Governo pode achar até coisas de outros Governos, porque quando se puxa o fio da meada, podem surgir coisas de outro. Então, nós temos que ver, a máquina pública é falha. Lá no Paraná vocês viram a situação que deu, foi puxando o fio da meada e apareceu tanta coisa. Então, eu acho que se tiver suspeita tem que ser averiguado, se não tiver, não tem. Mas se tiver, com certeza deve ser recolhido qualquer recurso que porventura não tenha sido recolhido no tempo certo. E a investigação, se tiver suspeita, tem que ter sim.

Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Adelino. E Vossa Excelência falou muito bem aqui do Governador. Nós estivemos com o Governador na semana passada e o Governador até achou interessante a ideia de fazer essa CPI, de fazer essa investigação, nos falou, estava o Dr. Neidson junto conosco e o Deputado Ezequiel Júnior, não me recordo os outros Deputados, e ele disse que na condição de Governador ficava muito difícil para ele, mas como é a Assembleia que está fazendo, com certeza vai contribuir e muito com o Estado. Nós estivemos recentemente, Deputado Cleiton Roque, Operação Mamon, onde um fiscal só, movimentou nos últimos cinco anos, na sua conta, que fazia parte de uma Câmara de Julgamento que é a TAT, se não me falha a memória, mais de vinte e dois milhões de reais, aonde os fiscais iam lá realizavam o trabalho, multavam. Geralmente são as grandes empresas que fazem isso... os fiscais multavam e eles vinham aqui na Câmara de Julgamento e negociavam com os fiscais e a sua multa era cancelada. De quem é esse prejuízo, Deputado Lazinho? É do povo de Rondônia, é dos cofres públicos. Eu tenho certeza que ninguém mais do que o Governo do Estado tem interesse que sejam apurados esses casos.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Deputado, me permite um Aparte?

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, Deputado Jesuíno.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Obrigado, Deputado Laerte Gomes. Falar realmente que hoje, só alertando aos Nobres Pares, de forma regimental hoje vence o prazo, cinco dias úteis. Então, nós devemos abrir sim e com certeza montar essa Comissão de forma célere e dar encaminhamento. Espero que esta Casa dê uma resposta para a sociedade que já não aguenta mais. A gente denuncia, como bem diz, eu já ouvi alguns discursos, o Deputado Hermínio Coelho e os demais, a gente faz uma série de denúncias e o nosso papel como Parlamentar, também tem essa prerrogativa, de abrir uma CPI que é de suma importância,

é uma Comissão de Inquérito, e podemos requisitar informações, pode até conduzir, se for necessário, de forma coercitiva essas pessoas. Então, a vertente é evasão fiscal, e evasão fiscal, como já bem disse V.Ex.^a, o Norte, a Operação Mamon vai para dentro, ajuda o próprio Estado e esta Casa mesmo para ter resposta devida. Lembrando novamente, o prazo é hoje, não podemos extrapolar esse prazo. Então, que a sociedade tenha ciência disso, não podemos sair daqui hoje sem respostas, ou seja, sem a formação dessa Comissão que são cinco membros. Então, precisamos estar dando essa resposta. Para mim, como diz, o Governo do Estado de Rondônia, não deve ter medo, ele deve colocar pessoas aqui técnicas para colaborar com a nossa Comissão de Inquérito, com a nossa CPI. Fomos ao Estado de Santa Catarina, Espírito Santo e os demais Estados, como o Mato Grosso, inclusive foi uma Comissão de Rondônia fazer uma visita para saber como era essa CPI que foi iniciada lá, e aí chegamos não tomamos nem um, ficou inerte, silenciou-se, foi quando começou através de V.Ex.^a mesmo, começar a cobrar e nós também cobrarmos e a própria sociedade. O que vamos fazer? Quer dizer que em Rondônia não tem evasão fiscal? Lógico que tem, tem que ver tudo isso, era para ser evasão fiscal, incentivo fiscal.

Como é aparte, então vou ser breve.

Era só isso mesmo, cobrando para que hoje, façamos a essa Comissão.

O Sr. Dr. Neidson – Deputado, permite-me um Aparte?

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, Deputado.

O Sr. Dr. Neidson – Deputado Laerte, parabéns. Eu fui um dos que assinou também, não para cobrar do Governo, mas para fortalecer o Governo do Estado de Rondônia, e também, se possível, quero fazer parte dessa Comissão e temos sim, que colocar os cinco nomes hoje, respeitando o regulamento, o Regimento Interno, para que possa ser instaurada hoje esta CPI.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Dr. Neidson.

O Sr. Alex Redano – Deputado, permite-me Aparte?

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Alex Redano.

O Sr. Alex Redano – Deputado Laerte, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa junto com o Deputado Jesuíno e também, Deputado Dr. Neidson, assinei essa CPI e entendo que com essa CPI nós vamos ajudar o Governo, ajudar o Executivo a fiscalizar. E essa questão incentiva os bons pagadores, porque não é justo que os bons pagadores paguem pelos maus. Então, parabéns mais uma vez a todos os componentes dessa CPI que será a primeira instalada, se possível nós votarmos na primeira instalada nesta Legislatura.

Parabéns, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado.

O Sr. Aécio da TV – Um Aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES – Deputado, Aécio.

O Sr. Aécio da TV – Parabéns, Deputado Laerte Gomes.

Eu fui um dos que assinou também a CPI. Eu vejo que tem muito a ser feito, principalmente na questão dos incentivos fiscais. Eu acho que esse é um tema que tem que ser discutido porque com incentivo de até 85% para algumas empresas, tem que ser observado, checado se realmente cumpriu as metas de geração de emprego. Porque esses incentivos podem estar prejudicando e podem estar fazendo com que a livre concorrência esteja sendo prejudicada. Então, eu sou favorável principalmente neste caso. Nós sabemos que a carga tributária do Brasil, não é só de Rondônia, é do Brasil inteiro, é puxada demais, mas nós temos que investigar, principalmente a questão dos incentivos fiscais, porque é que algumas empresas recebem, porque para algumas empresas esses incentivos são prorrogados depois de dez anos. Nós temos que olhar a fundo. Já tive a oportunidade de pegar do CONDER a lista de todas as empresas que recebem incentivo fiscal do Estado de Rondônia, tenho minuciosamente olhado e ali observamos que tem alguns segmentos que uma empresa tem, outras não têm. Eu acho que atrapalha a questão da livre concorrência. Então, se está sendo beneficiado 'A' em detrimento a 'B', nós temos que checar tudo isso. Então, por isso fui favorável, por isso sou favorável, e, praticamente, toda CPI que tiver aqui pode contar com minha assinatura. Eu sou daqueles que acha que tudo tem que ser investigado, porque quem não deve não teme. Se não tem problema nenhum pode fiscalizar, se tem, precisa ser fiscalizado mesmo. Então, sempre que houver CPI, a minha assinatura vai estar lá, não tenham dúvida disso.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Aécio. Para finalizar, Presidente, só dizer que nós vamos ter oportunidade de abrir essa caixa preta, quanto a questão fiscal e exercer o papel aqui desta Casa.

Só para finalizar, está aqui o nosso líder Deputado Luizinho, eu fiquei sabendo de uma notícia essa semana passada, Deputado Luizinho, que eu não acredito que o Governador vá fazer isso, nomear de Diretor Executivo do DER um cidadão chamado Marcelo, que era Presidente do IDARON. Um cidadão que não respeita ninguém, arrogante, prepotente, que acabou com o sistema de sanidade animal deste Estado. Fez um péssimo trabalho no IDARON, Deputado Dr. Neidson. Nossas fronteiras, Deputado Lebrão, V.Ex.^a mora lá perto, estão todas desguarnecidas, hoje porque, infelizmente, esse cidadão não teve gestão nenhuma. Eu espero que o Governador, com certeza uma pessoa equilibrada, eu não sei se é verdade ou não, mas torço para que não seja, para que ele não faça o mesmo que ele fez no IDARON que era o maior patrimônio que nós tínhamos em sanidade, aqui em Rondônia, que era o orgulho de Rondônia. O IDARON de tantos avanços que proporcionou ao Estado na questão da sanidade animal, ele conseguiu acabar com tudo isso, brigando com o FEFA, brigando com o produtor, brigando com os parceiros, querendo fazer gestão sozinho, com a estatura da sua arrogância. E eu espero que o Governador, tenho certeza, Deputado Luizinho, e Vossa Excelência leve essa mensagem até o Governo, uma decisão do Governador, que não coloque esse cidadão lá porque o mesmo que ele fez com o IDARON ele vai fazer com o DER, vai acabar de eliminar o DER. Eu espero que seja só boato.

O Sr. Jean Oliveira – Um Aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES - Pois não, Deputado Jean.

O Sr. Jean Oliveira – Se o Governador colocar o Marcelo no DER eu sou obrigado a dizer que o Governador gosta de gente ruim para estar assessorando junto.

O Sr. Adelino Follador – Já é Adjunto, já é Adjunto. Ele falou em nome do DER lá, sexta-feira, em Ariquemes representando o Coronel Caetano como Adjunto do DER, infelizmente.

O Sr. Jean Oliveira – Esse cara, mal serve para ser assessor especial do Governo, mas quem é o Governador é o Confúcio. Então, o problema é do Governador quanto aos assessores dele. Agora, colocar um cara desses, que nunca pisou os pés em um atoleiro para ser Adjunto do DER? Ele é bom é de teoria, mas na prática ele não resolve nada. Infelizmente, infelizmente, mais uma vez tomou uma decisão equivocada.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Um Aparte, Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, Deputado.

O Sr. Lazinho da Fetagro - Deputado Laerte, muito rapidamente.

Eu acho que eu estou sonhando, porque o Deputado Laerte coloca uma coisa e o Deputado Adelino reafirma. O Marcelo, eu vou fazer aqui uso da palavra do Deputado Lebrão, “o Marcelo para ser ruim ele tem que piorar muito”, porque ele é ruim demais. Eu não sei onde que está com a cabeça, Deputado Roque, eu agora fiquei maluco. Foram quatro anos no IDARON que ele não teve competência de manter o que tinha.

O Sr. Adelino Follador – Pois lá na CMR já colocaram ele para correr. Ele era do Financeiro do CMR, já colocou ele para correr.

O Sr. Lazinho da Fetagro - Eu vou acordar primeiro, porque...

O SR. LAERTE GOMES – Eu tenho dó do Volpi, do nosso amigo Volpi, o trabalho que ele está tendo, as dificuldades, para, pelo menos, tentar reerguer o IDARON.

O Sr. Saulo Moreira – Um Aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES - Para finalizar, o Deputado Saulo.

O Sr. Saulo Moreira – Deputado Laerte, quero parabenizá-lo pelo assunto anterior com relação a CPI. Eu também assinei, pela iniciativa louvável desta Casa em fazer este trabalho. Assim a CPI pode contar também com o meu apoio. E, realmente, agora essa notícia acabou de me entristecer de vez, quando o senhor tem a coragem de vir a esta Tribuna da Assembleia e dizer que o Marcelo foi nomeado Adjunto do DER. O Governador é parceiro nosso, é de Ariquemes, é da minha cidade, ajudei ele nos dois turnos da eleição. Eu realmente tinha esse medo de o Governo ganhar o mandato de novo e continuar com tantas pessoas incompetentes no Governo. E essa nomeação desse Marcelo para Adjunto, realmente veio acabar de vez... Eu diria até que é uma irresponsabilidade de quem teve essa iniciativa de colocar esse cara como Adjunto do DER.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Saulo.

Finalizando, eu tinha esse comentário, e aí o Deputado Adelino nos confirma. Mas foi importante isso, que o líder do Governo, Deputado Luizinho, para levar a mensagem agora.

O Sr. Saulo Moreira – Só para complementar, Deputado Laerte, nós sabemos que esta Casa tem uma sede muito grande de fazer um trabalho em cima desse DER. E quem sabe agora, com essa nomeação desse Adjunto, seja realmente aquele pavio que estava faltando para colocar o fogo para que esta Casa tome as providências que há vários dias está querendo tomar com relação ao DER.

O SR. LAERTE GOMES – Com certeza, com certeza, Deputado Saulo. E como eu falava, o Deputado Luizinho vai ter munição de sobra para estar levando a mensagem desta Casa, destes Parlamentares que estão aqui votando os Projetos do Governo, aqueles projetos bons para o Estado, mas também não podem aceitar que as coisas aconteçam... que coloque pessoas que não têm competência, não tem humildade para o trato com o cidadão comum. Faz isso com Deputado, imagina o que não faz com o cidadão comum. Então, eu queria agradecer, senhor Presidente, me desculpa aqui Deputado Lebrão, Vossa Excelência como 1º Secretário, pelo tempo que ultrapassei, mas foram Matérias importantes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte, pelo seu discurso. Nós estamos aqui no momento das Comunicações de Lideranças, então eu vou ler aqui um Expediente. Só queria pedir a atenção dos Deputados. Nós estamos com o prazo expirando hoje, para formarmos essa Comissão. Então, gostaria de ler aqui. Nos termos do Artigo 30, parágrafo 2º do Regimento Interno, esta Presidência solicita aos líderes que indiquem os nomes dos Parlamentares.

Só queria pedir atenção para ler este documento:

“Nos termos do parágrafo 2º do Artigo 30 do Regimento Interno desta Casa, esta Presidência solicita aos líderes que indiquem os nomes dos Parlamentares que integrarão a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, com a finalidade de investigar a evasão fiscal no âmbito do Estado de Rondônia, esclarecendo que são cinco membros que integram a mencionada CPI”.

O prazo expira hoje para a constituição da Comissão.

Então, que os líderes de cada Partido ou Bloco, possam indicar os membros que vão compor essa Comissão.

O SR. AÉLCIO DA TV – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Aécio.

O SR. AÉLCIO DA TV – Eu quero só tirar uma dúvida. Se todos os Partidos têm que ser representados, porque caso todos os Partidos forem representados na CPI, teremos mais de cinco membros. Foi só para tirar essa dúvida.

O SR. DR. NEIDSON – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Doutor Neidson.

O SR. DR. NEIDSON – Eu acredito que nessa CPI se tem também os Suplentes, para que se possam até ampliar o número de componentes nessa CPI.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – A forma do Regimento não foi criada, ainda, os blocos. Vai ficar prejudicada essa Matéria. Vai ser apontado cada um, quem tem dois, PMDB e assim sucessivamente. E aí tem que ser liberado agora quem vai fazer parte.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu gostaria que o Presidente lesse por ordem.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Questão de Ordem, só Questão de Ordem?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Como a Assembleia ainda não se organizou na questão que o Regimento exige, que a constituição desses blocos, seja o Bloco dos Democratas, o Bloco dos Socialistas, dos Trabalhistas, como na legislação passada nós tínhamos, eu peço para que Vossa Excelência suspenda a Sessão para que consigamos chegar a um acordo, em um consenso para que possamos nomear os 05 membros, tendo em vista que nem todos estão querendo fazer parte e que nem todos têm perfil, também. Então, que possamos entrar num consenso.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, Questão de Ordem?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Eu acho que a fala do Deputado Jean é importante, suspender a Sessão para que fosse debatido, até aí no fundo podemos debater isso para que possa ser formado os blocos ou a indicação, porque o Regimento fala que para poder alcançar os números dos 05 membros e os suplentes... é o encaminhamento do Deputado Jean.

O SR. AÉLCIO DA TV – Deputado, Presidente, é um por partido, o partido não pode ter mais de um representante na CPI, é um por partido.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – É um por partido ou bloco. É um por partido ou bloco, como não temos os blocos constituídos, nós podemos entrar num acordo.

O SR. AÉLCIO DA TV – Agora o partido que não apresentar, também não tem problema. Ele não quer fazer parte, não tem problema.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não tem problema, os líderes de partido podem apresentar todos os partidos.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu peço ao Presidente, porque a forma que foi constituída as Constituições foi utilizado esse mesmo procedimento, de um critério onde houve uma convergência em torno dos membros de cada Comissão. Baseado nos partidos vamos chegar a um denominador comum. Tem que chegar e convergir, e se divergir não vamos conseguir montar essa Comissão. Então assim, não se utiliza analogia por partido, é por bloco.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Se houver consenso não teria problema nenhum.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Não se utiliza analogia de partido, se utiliza de bloco.

O SR. EDSON MARTINS – Está suspensa a Sessão. Vamos então nos reunir ali, rápido, no fundo, para discutirmos isso, para chegarmos a um consenso para se continuar a Sessão. Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se esta Sessão às 16 horas e 31 minutos e reabre-se às 17 horas e 08 minutos)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está reaberta a Sessão.

Solicito aos Srs. Deputados que retornem ao Plenário para darmos seguimento a Sessão.

Nas Comunicações de Lideranças, concedo a palavra ao Nobre Deputado Jesuíno Boabaid, por 20 minutos, com Aparte.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Boa tarde, Presidente. Em nome do Presidente, quero cumprimentar todos os Deputados, todas as pessoas que se encontram na galeria, os jornalistas, os serventuários desta Casa.

Eu vou ser bem sucinto até para não delongar muito, porque hoje tem muita Matéria para tramitar, inclusive tem o Veto. É referente a uma visita.

Não, vou falar da morte do Sargento Charles, que ontem foi a óbito. Um ônibus, ia sentido para o Batalhão, no caso, o 5º Batalhão para assumir o serviço, estava um pouco atrasado e aí colidiu com uma motocicleta Biz, caiu, o ônibus passou por cima da sua cabeça e veio a óbito de imediato. Teve outra morte em Vilhena também, outro policial militar teve uma parada cardíaca, também morreu. Então, além das baixas que nós estamos tendo por conta da questão de saúde, questão de trânsito, a questão também dos policiais militares que estão pedindo reserva remunerada, a problemática só tende aumentar. Então, estamos passando por esses problemas. Eu acompanhei a Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Rondônia – ASSFAPOM, estive presente em assembleias que foram itinerantes, fui a Ji-Paraná e fui a Vilhena, e fiz até uma visita para a Deputada Lúcia Tereza, fui bem recepcionado...

A Sra. Lúcia Tereza – Fiquei muito feliz, não só eu, mas todas as pessoas que tiveram oportunidade de vê-lo

pessoalmente, que todos sabem que a sua posição, Vossa Excelência tem atitude e precisamos de Parlamentar do seu naipe.

Muito obrigada pela visita.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu que agradeço. Deputada eu não tive, até não me pronunciei, mas quero dizer a Vossa Excelência que ali, o que for de projeto de interesse daquela sua região pode ter certeza que Vossa Excelência tem uma pessoa que vai ombrear para realmente buscar resolver e aprovar essas proposições que são de interesse daquele povo lá, que eu vi que necessitam.

A Sra. Lúcia Tereza – Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vou falar sobre a questão da pauta de reivindicação da Associação. Já foi deliberada em Ata, inclusive, já foi deliberada com os associados, ao qual sou associado, sou Presidente, mas me encontro afastado por conta do mandato e hoje quem é a Presidente é Ada Dantas. E lá, os Policiais Militares deixaram bem claro, nenhum está satisfeito, nenhum está trabalhando de bom grado, por conta de quê? Das escalas exaustivas, que aqui constantemente eu falo, por conta do cumprimento que deveria ser o acordo das promoções que foram prometidos na sua época, tem militar que leva em torno de 14 anos para ser promovido a Cabo e mais 10 anos para sair a Sargento, 3º Sargento, duas graduações, enquanto o Oficialato com 12 anos chega a Tenente Coronel, como eu digo aqui... Mas eu não quero, nós temos que...

Nessa visita, eu quero deixar claro também, estava o Governador Confúcio Moura e a Presidente da Associação junto comigo, por conta, inclusive, a Deputada Lúcia Tereza, conversou com ele, abriu esse canal de diálogo, e ele foi sensível em dizer que iria verificar a possibilidade para PGE analisar essa promoção e que iria analisar de bom grado, aos bons olhos.

A Sra. Lúcia Tereza – Um Aparte, Nobre Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sim.

A Sra. Lúcia Tereza – E gostaria sim, que todos, principalmente a imprensa soubesse que sou testemunha. Fiquei muito feliz quando se sentou e conversou, e ele e a Presidente pediu que se podia noticiar e ele falou que sim, que podia noticiar que era verídico, era verdadeiro e que ele ia se empenhar e daria uma resposta tão logo e mais rápido possível, porque ele realmente sabe que é justa a reivindicação.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ele fez, Deputada, ele fez uma promessa de campanha, está gravado em vídeo e não tem como você fazer uma promessa... Então, eu quero só isso, que o Governador cumpra aquilo que foi acordado, que foi falado, que foi a questão das promoções, que foi a valorização. Então, foi feito a pauta, são em torno de 13 que está vindo para esta Casa. Eu já pedi que seja entregue para todos os Deputados cópia, para o Presidente desta Casa, para o Governador já foi encaminhado também a cópia, para a gente ter ciência. Porque ninguém quer fazer movimento, como foi

deixado bem claro pela Presidente, eu ouvi, ninguém quer fazer protesto, quer apenas que respeite aquilo que foi falado na época de campanha. Eu vou falar sobre uma situação que me causou também uma perplexidade, uma revolta. Eu, fazendo uma fiscalização lá em Cacoal, em um posto, me deparei com uma policial militar, apenas uma policial militar num local ermo, isolado, totalmente desprovido de qualquer exemplo de um aparato de segurança. Se houvesse ali uma necessidade de um J-9, que o J-9 é uma questão de grande relevância, onde o militar, ele está em perigo, ele dá esse código de J-9 e aí vêm as demais viaturas. Deparo-me com apenas uma policial militar, de imediato, eu pedi para o coordenador de policiamento, é um Tenente, muito educado, foi lá e ele fez, baixou uma viatura e colocou um policial para fazer guarda. E a Diretriz Operacional 06, que é da Polícia Militar, diz que o policiamento só pode existir com dois policiais, no mínimo. É o mínimo de dois policiais militares, e ali só tinha uma. Então, eu peço para o Comandante, ontem foi aprovada, na Comissão de Segurança Pública, uma Recomendação, que seja aplicada as normas inerentes da própria Polícia Militar, inclusive de segurança própria, da pessoa, para não ficar um policial militar. Os militares não podem ser sacrificados, ser escravos por conta de falta de efetivo. O Governo tem que tomar uma medida, a Secretaria de Segurança, tomar uma medida para resolver essa questão, isso é fato. Até quando nós iremos noticiar morte, constantemente, como foi noticiado, 88; na capital 26, salvo engano; em Vilhena, 23 e vai ver em Ji-Paraná, os demais municípios, aí vem Machadinho que é um local também violento, ali naquela área de Ariquemes, até quando? Ali, o Vale do Jamari, como disse o Deputado Adelino Follador. Então, é o meu pedido. Vou fazer e vou falar constantemente, nesta Tribuna, quanto à questão do efetivo da Polícia. E não é a Polícia, não. O Bombeiro também está faltando efetivo. Mas se for falar do Bombeiro, tem também da Polícia Civil que também falta. Falta Delegado, a Segurança Pública está sucateada, a verdade é isso. Recursos humanos ali não tem, não tem perito, e até quando vai se passar essa questão? Tem a reforma política que eu já tive notícias, informações, que ela foi retirada desta Casa para tramitar, porque estava com uma série de erros, volta para lá novamente para fazer e refazer a questão da reforma administrativa, desculpa, a reforma administrativa.

A Sra. Lúcia Tereza – Um Aparte, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não, Deputada.

A Sra. Lúcia Tereza – É grande o interesse de todos os Deputados, com certeza. E mais interesse ainda, e necessidade, da comunidade rondoniense. Foi falado aqui há uns três meses, que se contrataria 249 policiais, 200 PMs e 49 Bombeiros. Eu fui atrás, porque isso... para ver se aumentávamos pelo menos para 500. Não canso de falar, sou repetitiva, Deputado Jean e Deputado Follador, que o número de policiais que tem é o mesmo há 20 anos. Isso não é dado empírico, isso é técnico, é científico, é verdadeiro. E nós estamos assim, como disse o Deputado Jesuíno, está sucateado mesmo. Reclamam de policiais, mas não tem como substituir, não tem como tirar férias, não tem... Então está difícil. Bombeiro da mesma forma. Mas me parece que o senhor Governador já ia, estava fazendo

Academia para contratar. Isso faz seis meses. A gente podia encaminhar, esta Casa, se é que Vossa Excelência concordaria, todos nós buscamos a resposta de quando e quantos policiais e bombeiros vão ser contratados de imediato, porque já foi feito o concurso, Excelência. Eu acho que temos que fazer essa cobrança e tem que fazer urgente, porque já são seis meses, já se passou seis meses e até agora não se repôs um, um policial, não foi repostado. Então, eu acho que nós deveríamos encaminhar um Requerimento, um ofício ao senhor Governador para que ele encaminhasse a esta Casa, ver quando vai se contratar, quando e quantos, porque já faz seis meses que estamos aguardando.

O Sr. Adelino Follador – Um Aparte, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Quero parabenizar, Deputado Jesuíno, por defender a Segurança Pública com tanta veemência e também concordar com a Deputada Lúcia, que a preocupação muito grande. Inclusive Ariquemes, a Polícia está tentando fazer o possível, inclusive teve agora, no final de semana, apreensões de drogas, está fazendo um trabalho, mas é impossível combater os roubos. Tem um empresário lá em Ariquemes que foi assaltado em mais de 700 mil reais. Ele deve 400 mil de mercadoria e ele foi roubado. Agora, domingo para segunda, foram mais três comércios. Então, a violência é muito grande. Ariquemes chegou a ter 11 Delegados na região, e hoje só tem 03 Delegados. Esses dias, fui cobrar um Delegado que foi para Cacoal fazer uma operação, aí fui com o Secretário de Segurança, fomos ver, Cacoal só tinha um Delegado naquele dia, trabalhando. Então, fiquei até com dó de tirar, de pressionar para sair. Então, hoje a Segurança Pública precisa mais investimento, urgente, urgente. A região do Vale do Jamari, está aqui o Deputado lá de Machadinho, que conhece a realidade também de Buritis e Ariquemes. Teve aquela empresária que foi assassinada lá em Monte Negro. Todo dia... E principalmente os roubos. Roubos em Ariquemes está... ninguém aguenta mais. Esses dias, teve um senhor que foi fazer a ocorrência, chegou o Delegado falou: “não, pode ir para casa, tem 30 na sua frente, tem 30 ocorrências para registrar na sua frente. Volta à tarde”. Então, é difícil e nós precisamos ter mais policiais e os policiais que têm, tentam fazer o possível. Eu vejo, mas é impossível fazer o trabalho que precisa, com os policiais que têm hoje, seja Policial Militar, seja Civil e seja também Bombeiro.

Obrigado.

O Sr. Dr. Neidson – Deputado, permite-me um Aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não, Deputado.

O Sr. Dr. Neidson – Deputado Jesuíno, parabéns pela explanação. Só comunicando à Deputada Lúcia Tereza que a SESDEC já nos comunicou que eram 240 policiais que iam ser contratados e aumentaram, agora, para 480. Se for uma média salarial de R\$2.400,00, vai sair a um milhão, cento e cinquenta e dois mil reais/mês.

Nós temos aqui uma Mensagem do Poder Executivo criando 76 cargos comissionados para a CAERD, no qual a média

salarial é de dois mil e quinhentos a doze mil e quinhentos reais. Vai dar, por mês, quatrocentos e setenta mil reais/mês; anual, cinco milhões, seiscentos e quarenta mil reais. Então, temos o dinheiro para criar cargos comissionados, mas não temos dinheiro para dar à segurança pública para o nosso Estado. Eu acredito que o Governo deveria rever essa situação de criação de cargos comissionados para a CAERD, para que possamos dar mais segurança, mais saúde a nossa população.

Obrigado, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Olha só, essa Mensagem realmente chegou agora, não é?

O Sr. Jean Oliveira – Um Aparte, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Jean.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado, eu quero parabenizar Vossa Excelência, sempre um Deputado que defende o seu ponto de opinião, Deputado que está fazendo do mandato uma oportunidade para defender aqueles que acreditaram em Vossa Excelência. Eu queria aqui dizer, que o que Deputado Dr. Neidson, acaba de falar, é a pura verdade daquilo que é o Parlamento. Por que eu defendo que os Projetos sejam analisados antes de votar? Por que com atropelo não dá certo? Para colocarmos situações como essa que o Deputado Dr. Neidson acabou de colocar aqui em evidência. Muitas vezes as gestões do Governador ou dos Secretários, não correspondem com anseio da população que está lá na ponta. Mas infelizmente a população que está lá na ponta não tem como gritar, o som, a voz das pessoas, não chega aos ouvidos dos Secretários e tampouco do Governador. O governo não é participativo, é por isso que tem um Projeto como esse Deputado Dr. Neidson, é por isso. E aí cabe a nós, os legítimos representantes do povo, fazer justiça. É da Assembleia a responsabilidade de concordar ou discordar daquilo que o gestor está impondo. Somos nós que fazemos as Leis, ou muitas das vezes as homologamos. Então, eu quero dizer aqui, que pressa para votar é o que nós não temos que ter, é como o Judiciário, é como o Tribunal de Contas, é como o Ministério Público, tem seus prazos e quando se esgotam, eles pedem um pouco mais de prazo, pedem aditivo, por quê? Para não cometer equívocos, injustiças e é o que a Assembleia tem que fazer, utilizar seus prazos para poder votar leis. Porque se processar o cidadão, um indivíduo é uma responsabilidade, e é um grande poder que a Justiça tem. Imagine a nossa responsabilidade de promover uma lei que irá responsabilizar um cidadão pelo caminho que ele deve seguir, e dar autonomia ao Governador de como ele deve agir neste Estado. É muito maior do que da Justiça, a responsabilidade do Legislativo, porque as leis que nós fazemos aqui geram efeito, em cadeia, para toda população do nosso Estado. Então, nós não temos que ter pressa, não temos que ter pressa. Temos que bater na tecla de que a segurança pública está defasada e nós temos que enxugar a máquina pública para poder contratar mais servidores para a segurança pública. A população não pode padecer. Hoje o cidadão é que está vivendo encarcerado dentro de suas casas, enquanto os bandidos estão à solta. Então, quero defender o seu ponto de vista e da Deputada Lúcia

Tereza, de que está defasado há muito tempo o número de servidores da segurança pública, seja de policiais militares, seja de policiais civis, de delegados que estão em desvio de função, que têm que retomar as suas atividades, isso tudo o Estado tem que fazer. É isso que é gestão, é esse o compromisso que o Governador tem que ter com a população de Rondônia. Obrigado pelo aparte.

O Sr. Dr. Neidson – Deputado Jesuíno, permita-me um Aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não, Deputado.

O Sr. Dr. Neidson – Só retificando. São seis milhões cento e dez mil reais por ano. O valor mensal desses cargos comissionados para CAERD, daria para contratar mais 240 policiais militares, além dos 480, já melhoraria bastante a nossa segurança pública.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Já iria para 700, não é?

O Sr. Adelino Follador – O ano passado foram criados 119 cargos lá na CAERD. Agora, está se criando de novo isso? Foi nomeado...

O Sr. Léio Moraes – Deputado, permite-me um Aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não, Deputado Léio.

O Sr. Léio Moraes – Deputado Jesuíno Boabaid, rapidamente, apenas para me solidarizar com Vossa Excelência.

No que diz respeito a esta temática, esta discussão, temos que fazer de forma muito responsável. Tudo que é feito, votado, discutido de forma açodada, no solavanco, goela abaixo, tende naturalmente dar errado, a criar prejuízos e problemas, não somente para os servidores, mas principalmente para a população do Estado de Rondônia. O dado que o Deputado Dr. Neidson, acabou de apresentar é altamente preocupante. Com esse pagamento para esses novos cargos que serão criados na estrutura organizacional da CAERD, nós poderíamos pagar os quatrocentos policiais militares, que estariam em prontidão para atender a comunidade nos bairros. Então, lógico, me causa uma preocupação muito grande, e eu tenho certeza que a todos os Deputados Estaduais. Então, por conta disso, me solidarizo e me coloco à disposição para nós dissecarmos essa lei que foi recebida aqui na Assembleia Legislativa, e parabéns pela sua atuação.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu tive conversa informal...

O Sr. Airton Gurgacz – Deputado, permite-me um Aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAID - Pode falar Deputado.

O Sr. Airton Gurgacz – Tudo bem, que hoje estamos sendo bastante críticos, contra a nossa Polícia Militar, Polícia Civil, mas não é a polícia em si, mas a falta de policiais.

Eu quero registrar que domingo a Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária fizeram um grande trabalho lá em Ji-Paraná com 250 homens e prenderam lá 52 traficantes, pessoas

que vendiam drogas em toda cidade e região, aonde foram presas 19 motos, e mais de 40 automóveis. Então, foi uma operação de domingo, agora, magnífica. A gente também tem que, acho que relatar quando os policiais fazem um belo trabalho, principalmente nessa desgraça que atormenta as famílias brasileiras, que é a droga, Deputado Jesuíno, porque quantas pessoas sofrem com esse veneno que é instalado no nosso Brasil, no mundo e nas nossas cidades? Então, também eu queria, é a Operação Ostentação, foi dado o nome porque os camaradas que mexem com droga, eles ostentam com aquelas motocicletas mil e quinhentos cilindradas, aqueles Camaros, só carros importados e não andam de automóvel fraco. Então, foi domingo, o dia inteiro lá em Ji-Paraná. De madrugada, começou a Operação com um brilhante trabalho da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária. Então, eu quero aqui deixar registrado esse momento que, para nossa cidade, nos dá uma tranquilidade para as famílias que lá moram.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Só para finalizar, quero falar da situação do DETRAN.

O Deputado Cleiton Roque, pediu vista do processo, e hoje esteve presente aqui nas Comissões, estava o Deputado Hermínio, a Deputada Lúcia, eu, e a Deputada Glaucione. Sobre a situação daquela suspensão de uma Portaria e ali foi colocado vários, ouvimos todos, e no telefonema, a Deputada Glaucione tem a informação que foi feito, o relatório final, e o Diretor do DETRAN e o Procurador do DETRAN entenderam que houve vício insanável naqueles procedimentos onde deram novas permissões para fabricação, confecções de placas. Então, vai voltar a estaca zero. Eu quero deixar claro que já foi acordado, até inclusive, tem que revogar esse dispositivo, mas lembrando que o próprio DETRAN vai dar um efeito já, reiniciar um novo procedimento. E deixar mais claro, nós fizemos um acordo aqui com os Deputados Estaduais que estarão fiscalizando e acompanhando de perto esses procedimentos. Não podemos deixar que uma família ou duas famílias administrem ou que tenha detenção dessa questão dessas permissões, temos que “dar a César o que é de César”. Se é tantas que vai ser discutida, quem estiver na área trabalhando... Então, tem que ter uma formalidade, tem que seguir um rito, o qual o DETRAN vai ter que fazer. Então, o nosso papel como fiscalizador, esse é o compromisso que nós fizemos aqui, em acompanhar essa situação do DETRAN, que hoje ia ser colocado depois da derrubada do Veto ou da manutenção do Veto que está segurando a pauta, restando a Pauta.

Para dia 29/06, a nossa Comissão, a Frente Parlamentar, quero convidar todos os Deputados Estaduais a estarem presentes aqui, onde será, já foi convidado todas as pessoas inerentes às enchentes, são os Secretários, uma série de Secretários, o próprio Banco do Brasil para estarem presentes aqui, para ouvirem quais são, quais foram as medidas tomadas, quais serão as medidas adotadas e da importância dos Deputados estarem presentes e as próprias pessoas, as lideranças, as pessoas interessadas que participem, que estão lá no rio Madeira, são quatro mil e poucas casas.

Quero agradecer também, porque eu fiz, requisitei informações de quais foram as medidas ali da estrada, a RO-005, e o Governo do Estado de Rondônia foi lá, encascalhou,

pelo menos fez o básico, está fazendo, já está pagando a questão da Bolsa de quinhentos reais, salvo engano, ajuda de custo. Mas tem que colocar aquelas pessoas, assentar aquelas pessoas. Elas não podem ficar da forma que estão. E foi feito já, inclusive um Decreto de... de tirar uma localidade lá, inclusive o proprietário está brigando na Justiça, entrou com desapropriação, isso que foi aprovado aqui em 2013, 2014, desapropriando uma área para São Carlos e eles não querem. A pessoa não quer sair daquele local, só que isso é discutível na Justiça. Então, eu quero convidá-los para estar presente e agradecer novamente a oportunidade de falar.

Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda nas Comunicações de Lideranças, quero registrar em nome do Deputado Laerte Gomes, o Vereador Ronildo de Nova Brasilândia, que está presente no plenário. Obrigado vereador Ronildo. Registrar também a presença da Vereadora Débora Pereira, nossa amiga de Alvorada do Oeste e também do Dito, o Dito Leiteiro, 05 vezes vereador lá no município; o Rodrigo que está ali também; o Vereador Trovão; o Vereador Jair, que nós já registramos aqui a presença; também a Secretária de Educação do Município de Alvorada. O ex-vereador Mazinho, de Urupá; o Vereador Valteone, também, que está por aqui.

Muito obrigado pelas presenças.

Ainda nas Breves Comunicações de Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Cleiton Roque, por vinte minutos com Aparte.

Vamos inverter aqui, concedo a palavra ao Deputado Adelino Follador, o Deputado Cleiton, fica sendo o próximo orador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Cumprimento o Senhor Presidente, Senhores Deputados aqui presentes, a comunidade em geral; cumprimentar o professor Márcio, lá de Ariquemes que está aí presente.

Vamos usar esta Tribuna, hoje, para falar sobre um assunto que achamos muito importante, de Jacinópolis. Jacinópolis nesse final de semana tinham mais de 300 pessoas que se juntaram na ponte de Jaci, cobrando para que fosse feita aquela ponte. Onde tinha uma ponte, foi abandonada, fizeram outra provisória e já caiu também e o pessoal está lá isolado. Mas também, principalmente cobrar a questão do colégio, porque tem o colégio estadual, tem o municipal, o colégio estadual hoje tem 600 crianças, não tem como matricular mais porque não tem lugar. Essa escola foi feita de madeira, a própria comunidade fez mutirão, e quando chove, a água leva terra para dentro. Os alunos têm que ir lá puxar de enxada a terra para fora, porque ela está no declive no terreno, está sem condições nenhuma. Aí o pessoal se reuniu e cercou, uma cerca provisória, porque senão os alunos saiam da aula e iam beber cachaça nos botecos, e os pais não estavam conseguindo controlar esses alunos, sem condições nenhuma. Para vocês terem uma ideia, 600 crianças, professores, a escola só tem 02 banheiros, um masculino e um feminino feito de tábuas. Então, imagine como está uma escola estadual. Então, nós queremos chamar atenção, pedir a Secretária de Educação que dê uma atenção especial, até porque essa escola é uma extensão inclusive de Buritis, portanto que seja construído o mais rápido

possível esse colégio. E nós precisamos, Nova Mamoré hoje... pertence à Nova Mamoré estão todos abandonados. O IDARON foi construído pela comunidade, está funcionando, todos os órgãos... A Polícia Militar está lá, até eles agradecem que foi criada a Polícia Militar, foi instalada lá neste Governo, o quartel foi construído por aquela comunidade e precisa que alguém assuma. O Poder Público, seja Municipal ou Estadual, assuma aquela situação. Tem um médico cubano lá, sem condição nenhuma de trabalhar, ele está abandonado, sem condições nenhuma de trabalho, vai lá e faz o expediente dele. Mas nós precisamos que as autoridades, seja municipal, principalmente a Prefeitura, sei que ela tem quatro ou cinco distritos, Nova Mamoré é muito difícil para o Prefeito, mas tem que olhar com maior atenção, mas Estado também precisa fazer a sua parte. Se o Fantástico visitar aquela escola, vai ser uma vergonha para o Estado de Rondônia. Nós temos que procurar resolver isso o mais rápido possível e há uma expectativa, uma promessa, para construir aquela escola.

Agora, para complicar mais, ainda, mais uma vez essa questão da ponte que caiu. Sábado à noite ainda não tinham colocado fogo, mas me parece que ontem ou anteontem colocaram fogo naquela ponte velha que estava caída lá. Então, é uma situação muito difícil. Inclusive, o pessoal da Rádio Interativa estiveram lá e registrou esse momento, essa manifestação. Estamos muito preocupados.

O Sr. Saulo Moreira – Deputado, permite-me um Aparte?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputado.

O Sr. Saulo Moreira – Deputado Adelino, quero me congratular com as palavras de Vossa Excelência. Essa preocupação realmente existe. Estive hoje com a Secretaria de Educação, com Fátima Gavioli, está já definido a data para lançamento, para ordem de serviço para construção da Escola Estadual no Garimpo Bom Futuro. No próximo dia 03 o Governo deve estar inaugurando a quadra da Escola em Monte Negro, a Escola Aurélio, e a construção da Escola em Jacinópolis que também já caminha para acontecer, o processo já está em fase de licitação, é reivindicação antiga do senhor e nossa também. Temos cobrado do Governo e tudo indica que muito em breve será dada a ordem de serviço e fechar o processo de licitação, para construção desta escola que é uma escola de madeira. Como V. Ex.^a está relatando e foi construída pela própria comunidade naquela época, lá em Jacinópolis.

Parabéns pelas suas falas.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza, Deputado, é uma luta sua, inclusive no Bom Futuro, já foi colocado no orçamento uma duas vezes, por causa do problema do documento do terreno ficou enrolado, mas graças a Deus está desenrolando. Mas quero deixar aqui esse registro, que há uma promessa em Jacinópolis, faz muito tempo, de construção desta escola. Esperamos que agora seja real, que a Fátima, que é a Secretária de Educação, de fato faça isso o mais rápido possível, porque é um desespero, a situação daquelas crianças, é complicada.

Então, eu quero deixar aqui registrada essa manifestação daquela população, inclusive quanto a questão

da ponte. O DER prometeu que esta licitando... mas precisa agilizar. Nós sabemos que tem o período chuvoso, e que vai ser mais difícil construir. Então, tem que ser agora, de imediato, para dar tempo, antes do período chuvoso para poder construir aquela ponte. Então, quero deixar registrado esta questão de Jacinópolis, que está um caos, lá é o caos. E hoje, tem 2700 eleitores que votam lá. Mas hoje, a população é muito grande, muita gente ainda não transferiu os títulos para lá. Então, naquela região tem muita gente, de cinco a seis mil pessoas, morando e aquela estrutura que eles têm, é muito difícil.

São as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino Follador. Ainda nas Comunicações de Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Ezequiel Júnior, por vinte minutos, com Apartes.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras Deputadas aqui presentes. Quero cumprimentar a imprensa, o nosso público aqui presente nas galerias, quem nos assiste na TV da Assembleia Legislativa.

Dois assuntos me trazem a Tribuna na tarde de hoje. Primeiro, eu quero falar sobre a Mensagem nº 108 do Poder Executivo Estadual, que trata do assunto que já foi abordado aqui pelos parlamentares, que é quanto à criação de cargos na CAERD, a criação de 76 cargos comissionados na CAERD. Isso me deixa muito preocupado porque eu conheço parte da estrutura da CAERD, e o povo rondoniense e nós Parlamentares sabemos da grave crise financeira, porque passa a CAERD ao longo desses últimos anos. A CAERD, hoje não consegue arrecadar dez milhões de reais ao mês, e tem um gasto de quinze milhões de reais ao mês. Ou seja, todo mês, Deputado Jean, falta nos cofres da CAERD algo em torno de cinco milhões de reais. E agora chega aos nossos Gabinetes essa Mensagem com esse Projeto criando cargos. Se ouve falar também da dificuldade efetivo na Polícia Militar, na Polícia Civil e o povo de Rondônia está pagando, sofrendo nas mãos de meliantes pelo Estado afora. E me assusta até pela quantidade de cargos, mas até os valores dos cargos, Deputado Edson Martins, neste projeto. São 76 cargos, o menor dois mil e quinhentos reais, são dez cargos de dois mil e quinhentos reais; 20 de quatro mil e quinhentos; 30 cargos de seis mil e quinhentos reais; 10 cargos de oito mil e quinhentos reais e 06 de doze mil e quinhentos reais.

A Sra. Lúcia Tereza – Um Aparte, Nobre Deputado?

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Sim, senhora Deputada.

A Sra. Lúcia Tereza – Mas para fazer o que na CAERD?

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Aí é que está, uma empresa que está...

A Sra. Lúcia Tereza – Porque a CAERD de Espigão, sinceramente, tem um funcionário, uma retroescavadeira que faz o trabalho e eu não vejo expansão, consertos são poucos porque a rede é pouca. Eu não sei para que tudo isso, eu

queria saber para onde esses funcionários vão. Qual é a função? Se é técnico, se é de campo, se é para expansão, se é para construção. Gostaria de saber realmente, porque o salário também não é um salário tão baixo, tão... que é só braçal e mão de obras não. E o que nós precisamos na CAERD é restauração, ampliação. Agora, eu não sei se é para ficar em gabinetes, ou o que é.

Eu gostaria realmente...

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – No meu município, para se ter uma idéia, Deputada Lúcia Tereza, nós já tivemos, várias vezes durante este ano, momentos em que a população, que nós ficamos de três a quatro dias sem água, porque quebra uma peça na ETA - Estação de Tratamento de água e não tem para reposição e, enquanto isso, a população ficava sem água três a quatro dias. Então, não se justifica porque a CAERD é uma empresa, que hoje, não consegue pagar as suas contas, a CAERD hoje tem um faturamento mensal, algo em torno de nove milhões e alguma coisa e um gasto de quase quinze milhões de reais, já não está mais nem no vermelho, Deputado Dr. Neidson, então não se justifica. Então, já quero antecipar aqui o meu posicionamento contra esse projeto, contra esse projeto. O mesmo dinheiro que é usado para pagar esses cargos aqui na CAERD, esses altos salários poderiam ser revertidos para a segurança pública porque nós estamos vendo vidas se perdendo nas mãos de bandidos, a bandidagem tomando conta neste Estado e não tem dinheiro para contratar policial como foi falado aqui. E aí vem agora, chega esse projeto, bate na nossa porta um projeto como este, 76 cargos com salário que vai de dois mil e quinhentos reais até doze mil e quinhentos reais. É importante esta Casa estar vigilante a isso, e como já foi falado aqui, analisar tudo friamente para não penalizar a população, porque o grande prejudicado no final da história é a população.

Eu quero, nesta oportunidade, aproveitar para convidar você que está nos assistindo, convidar você que está na plateia, reforçar o convite aqui para os nobres Deputados desta Casa para participarem sexta-feira, agora, sexta-feira dia 26, às 09 horas da manhã, de uma Audiência Pública, já fiz o convite na imprensa, nesta Tribuna em algumas oportunidades, mas quero reforçar esse convite para Audiência Pública sobre a Usina Tabajara que será construída no município de Machadinho do Oeste. Então, nós já temos a confirmação da presença da maioria da nossa bancada federal, os três Senadores já me confirmaram por telefone que vão estar presentes nesta Audiência, inclusive o Senador Acir é autor de uma proposta de Emenda à Constituição que trata exatamente dos tributos que devem ser distribuídos de forma mais justa com o município e com o Estado na questão do ICMS e com certeza ele vai falar sobre esse projeto lá também. Pelo menos cinco Deputados Federais também já confirmaram presença nessa Audiência Pública convocada por mim e aprovada por esta Casa aqui, além de representantes dos Ministérios de Minas e Energia, Meio Ambiente, Eletrobras, Eletronorte, empresa Queiroz Galvão que é uma das empresas que está envolvida num grupo de estudos de impactos ambientais daquela obra. Então, é uma Audiência muito importante, e eu quero convidar aqui mais uma vez, reforçar o convite a todos os Deputados que puderem participar desta Audiência, com certeza o povo de Machadinho

vai receber vocês com muita alegria. Com certeza vai ser uma das maiores Audiências Públicas da história de Machadinho. Estamos aguardando pelo menos a participação, a presença de quinhentas pessoas, além dos nossos Parlamentares e técnicos que lá estarão. Então, nesta sexta-feira, a partir das 09 horas da manhã, vamos exibir no telão uma fala do Ministro de Minas e Energia Eduardo Braga, falando sobre o leilão, quando vai acontecer essa obra e falando também do início dessa obra que é aguardada com ansiedade e preocupação pelo povo de Machadinho do Oeste. Com ansiedade porque o município passa por uma situação econômica delicada na sua história, e preocupados porque quando se fala de compensação... Então nós temos essa preocupação também e queremos saber a verdade. Porque tanto já foi falado dessa usina em Machadinho e na realidade tudo não passou, até agora, de conversa, nenhum dos prazos que foram falados até agora, a não ser a palavra do Padre Ton quando era Deputado, que esteve lá. Por enquanto é a palavra dele que está se mantendo, é o que falou a verdade dos que foram lá para falar da Usina. Essa Audiência visa exatamente buscar a verdade, não é para iludir a população de Machadinho porque não é uma Audiência política, é uma Audiência, claro, com a participação de políticos, mas principalmente o povo está indo lá para ouvir os técnicos dos Ministérios que vão estar para falar sobre que etapa está esse projeto, qual a próxima etapa e quando realmente acontece o leilão e o início dessa obra que é aguardada com ansiedade pela população.

O Sr. Saulo Moreira – Deputado Ezequiel, V.Ex.^a me permite um Aparte?

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR - Sim senhor.

O Sr. Saulo Moreira – Eu quero inclusive parabenizar esta Casa por essa iniciativa dessa Audiência Pública, e nós esperamos realmente contar com a presença da maioria dos Deputados lá em Machadinho, tanto o Deputado Ezequiel e o Deputado Adelino que também é da região de Ariquemes, eu, o Deputado Alex, nós temos muito interesse nessa discussão. Agora, é muito importante, Deputado Ezequiel, que nessa Audiência Pública de sexta-feira, possa ser tratado lá, além da construção da Usina, que sem sombra de dúvida é interessante para a população de Machadinho porque vai gerar empregos a algumas pessoas, não para todas que querem, mas para algumas pessoas, vai movimentar o comércio local, outras empresas irão se instalar na cidade, vai haver investimento na cidade, mas o mais importante para Machadinho e que precisa ser discutido na sexta-feira, porque a construção da Usina não resolve o problema de energia de Machadinho, constrói a Usina lá, mas não resolve o problema de energia da cidade, o que resolve o problema de energia da cidade é a construção do linhão, que é uma obra já licitada pela Eletrobras, faz muito tempo, que é uma obra que já era para estar sendo concluída e a gente não vê movimentação nenhuma para a construção dessa obra. Então, é muito importante que na sexta-feira a gente possa ouvir também a definição com relação a esse linhão, até por que a construção da Usina, a energia não fica para Machadinho, não fica para Cujubim, não fica para Theobroma nem para Anari. É uma energia que é jogada no sistema e a

população de Machadinho quer muito ouvir de nós quando será que a conclusão desse linhão para que a população realmente tenha energia elétrica satisfatória, como precisamos.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Verdade, Deputado Saulo. Então, dentre os Deputados estaduais que já confirmaram presença, nós já temos a presença confirmada do nosso Presidente desta Casa, Deputado Maurão, disse que vai estar lá, e o povo de Machadinho receberão, não só o Presidente, mas todos os Parlamentares com um caloroso abraço de boas-vindas; o Deputado Edson Martins também já confirmou a sua presença; o Deputado Adelino está tentando apertar a agenda porque tem uma Audiência importante também lá em Ariquemes. É importante nós Deputados do Vale do Jamari, dedicarmos esse tempo e participar dessa Audiência.

Presidente, é o que eu tinha para o dia de hoje.
Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Ezequiel Júnior.

Encerrada as Comunicações de Lideranças, passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Deputado Edson, eu só queria aqui reforçar o convite do Deputado Ezequiel Júnior para nós estarmos lá em Machadinho, eu acho que é uma Audiência bastante importante, um tema muito bom e isso é bom para a Assembleia. Essa semana nós tivemos Audiência no município de Vilhena no município de Colorado, foram Audiências muito boas. Audiência com uma repercussão muito positiva para esta Casa. Então, eu acho importante os Deputados que puderem ir, estarem presentes prestigiando essa Audiência, Deputado Lebrão, vai ser muito importante. Lá em Vilhena e Colorado ficou assim, o povo muito feliz, nós pudemos fazer um apanhado importante para os temas que nós tínhamos. Mas eu quero aproveitar e agradecer à Casa, à Assembleia, inclusive a Assembleia esteve presente, os nossos servidores da Casa, e na rádio as pessoas estavam dando entrevista, estavam elogiando nossos servidores pelo trabalho que eles estavam fazendo, pela dedicação. No final da Audiência o pessoal limpou, pegou o negócio lá meio bagunçado e entregou tudo limpinho. Então, o pessoal que estava na rádio falando, estava elogiando o trabalho dos servidores da Casa. Então, eu quero agradecer a todos os nossos servidores, que continuem assim, dando exemplo para esta Casa.

Quero parabenizar a Deputada Rosangela, ficou com o ibope lá em cima. A Audiência foi um sucesso, e o Deputado Luizinho da mesma forma. E agora vamos ajudar o Deputado Ezequiel Júnior, o Deputado Saulo, que são lá da região, o Deputado Adelino, o Deputado Alex, que com certeza também somam nessa região e vão prestigiar os nossos colegas. No sábado tem uma Audiência em Ji-Paraná que também é do Deputado Laerte, que o Deputado Laerte, o Deputado Airton também é da cidade de Ji-Paraná, e os dois Deputados estão fazendo essa Audiência e nós iremos prestigiar também porque é uma obra importante. O tema é sobre o Anel Viário, que é uma obra que há tempos está parada e que as pessoas estão

cobrando. Eu acho que amanhã, Deputado Airton, nós deveríamos ter uma conversa com o Governador para levar uma coisa mais concreta, para não chegarmos de mãos vazias, mas que possamos dar uma resposta concreta. Eu vou me esforçar para estar em Ji-Paraná, e Machadinho, está na nossa agenda.

Era isso que eu estava reforçando, o convite do Deputado Ezequiel Júnior.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, também aproveitar para fazer um gancho nesta fala do Deputado Presidente Maurão, quanto da importância que tem a respeito dessa Audiência Pública, proposta pelo Deputado Ezequiel, logicamente aprovada e defendida por outros Deputados, como a exemplo o Deputado Saulo Moreira, que tem sempre falado essa questão e outros Deputados da região como o Deputado Adelino Follador. Nós teremos aqui uma Audiência Pública na quinta-feira para tratarmos sobre a reforma política, os reflexos, as análises e o que nós devemos pensar do sistema político brasileiro a fim de aproximar o eleitor, o cidadão dos seus representantes. Será encerrada às 22 horas. E eu já falei aqui para o Deputado Ezequiel, a quem eu tenho um grande apreço e vejo a sua luta, a sua militância, principalmente pela sua cidade, pela Usina, para que não ocorra o que aconteceu aqui em Porto Velho. Provavelmente sairei daqui após às 22 horas para chegar até às 9 horas na cidade de Machadinho, para me fazer presente, para aprender e ter condições de debater com quem quer que seja das esferas, federal, estadual e também municipal. Então, conte comigo, Deputado, e eu reforço esse convite para todos os outros colegas.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Lazineho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só muito rápido, aproveitar a comunicação. Foi cedido a mim aqui, o atual Presidente me concedeu a palavra.

O Deputado Laerte está nervoso, acho que precisa acalmar ele, só comunicar também que vamos estar presentes lá em Machadinho. E amanhã, quarta-feira, quinta-feira nós estaremos realizando aqui também nesta Casa, Sessão Solene em homenagem aos Desportistas deste Estado. Contar um pouco da história que já teve o nosso Estado de Rondônia, e que hoje está abandonado, praticamente, que é em relação aos desportos. E aí nós estamos trazendo até aqueles que já disputaram campeonatos do mundo pela Seleção Brasileira Feminina, nós estamos trazendo os atletas que já foram, no Brasil, reconhecidos de jogar no Maracanã com o Pelé, com Garrincha. Então, essa Sessão Solene será realizada agora às 9 horas do dia 25, aqui nesta Casa, para homenagear esses desportistas. Eu quero convidar a todos, convidar todos também lá no Machadinho, vamos estar presentes lá.

Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Lazineho, só justificar que Vossa Excelência também é da região

ali de Jarú, Machadinho. Com certeza, eu falando dos outros colegas, eu sei do vosso trabalho e Vossa Excelência, já está aí aproveitando e convidando os colegas. Essas Audiências, eu tenho percebido que elas têm sido muito positivas. Mesmo, Deputado Adelino, as Audiências que vamos, de vez em quando, elas têm um custo muito elevado, procuramos cortar um pouco das despesas, mas ela é muito importante, Deputado Saulo. Quando Vossa Excelência vai lá e aquelas pessoas que nunca foram, nunca viram a uma Sessão como essa, elas tiveram a oportunidade, nós abrimos a oportunidade para que as pessoas falassem primeiro e nós ficamos na Mesa, quebramos o protocolo e as pessoas gostaram. Nós abrimos para 20 pessoas em cada Audiência Pública, o pessoal achou 10. Então, nós pegamos todas as informações e depois nós respondemos e foi ótima a Audiência. E eu creio que uma Audiência como essa, sei que é um investimento um pouco, não tão barato, mas a repercussão positiva, com certeza, é bom para esta Casa e para Rondônia.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Adelino, concedido.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É lamentável que coincidissem as duas Audiências no mesmo horário das 9 horas da manhã, uma coincidência. A Câmara de Ariquemes está convocando todos os Vereadores da região e os Deputados, também, para fazer uma Audiência sobre Segurança Pública em função dessa aflição, dessa situação da Segurança Pública lá em Ariquemes. E agora, no mesmo horário, que eu já tinha assumido compromisso, inclusive com o Deputado Ezequiel, para ir lá a Machadinho. Vamos fazer, ver o que é... com certeza, é uma Audiência Pública importantíssima na questão de Machadinho. Eu quero parabenizar o Deputado Ezequiel por essa propositura, porque eu sempre falo da má negociação que foi feita das Usinas de Jarau e Santo Antônio, e Porto Velho pagou muito caro. Então, agora é hora de negociar as compensações, é hora de debater o que é melhor para Machadinho, qual a estrutura necessária para receber, começar essas Usinas já que a Bancada Federal parece que já confirmou, a maioria vai estar presente, é uma maneira de cobrarmos. Vai ter o pessoal da Eletrobras, também presente, vamos definir, mas com certeza eu gostaria muito de ir a Machadinho, mas gostaria muito de ficar em Ariquemes. Mas, pena que está coincidindo essas reuniões, é importante esse debate, mas eu vou fazer o possível de analisar, de repente, para ir até Machadinho também, porque na quinta-feira temos a outra reunião lá na linha. Vamos analisar para ver, mas eu gostaria de estar nas duas, mas infelizmente não posso estar, não é?

Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino.

Com certeza o Deputado Ezequiel Júnior tem tido uma participação aqui, uma atuação muito ativa nesta Casa. Nós sabemos da questão das Usinas. Já temos o histórico de Porto Velho, Deputado Ezequiel, Deputado Aécio e sabemos que vai gerar emprego, é bom, é o desenvolvimento da região, mas

também os impactos com certeza trarão para o município e para a região de Machadinho. Mas o Deputado Ezequiel Júnior está de parabéns por propor essa Audiência Pública, vamos estar lá. Eu tenho certeza que o Deputado Ezequiel Júnior com o nosso apoio, com certeza vamos trabalhar, o Prefeito de Machadinho, o Governo do Estado para que realmente Machadinho venha ser beneficiado com esse desenvolvimento que está chegando. Eu acho que é o momento de trabalhar a questão da capacitação profissional para que as pessoas possam ocupar as vagas de emprego que vai gerar ali e que possa trazer alguns benefícios para região de Machadinho.

Eu quero registrar a presença do Ex-Deputado Estadual Dedé de Melo que está nesta Casa, ou que esteve agora a pouco, chegou aqui as minhas mãos, o Ex-Deputado Dedé de Melo, nosso querido amigo e também do Vereador Hilton Emerick, popular Cagado, se falar Hilton, poucos conhecem, mas se falar Vereador Cagado, o Estado de Rondônia todo conhece, que é o Vereador de Mirante da Serra. Muito obrigado Prefeito de Urupá; Vereadora Débora, todos os presentes.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura das Proposições Recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- INDICAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES - Em conformidade ao que dispõe o inciso VI, Artigo 97 do Regimento Interno, na qualidade de Líder do PTB, indico o nome do Deputado Léo Moraes para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI, com a finalidade de investigar a evasão fiscal no âmbito do Estado de Rondônia.

- Na qualidade de Líder do PSDB, indica o Deputado Jean Oliveira.

- Também do PT do B, o Deputado Jesuíno Boabaid.

- Do PP, Aécio da TV.

- Do PEN, o Deputado Laerte Gomes.

Todos para integrarem a Comissão que irá investigar a evasão fiscal no âmbito do Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ - Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e ao Departamento de Estradas e Rodagens – DER, a necessidade de recuperação asfáltica da Rodovia Estadual (RO-163) que liga a Rodovia Federal (BR 364) ao município de Jorge Teixeira.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA - Altera o Artigo 5º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV - Dispõe sobre a proteção ao professor e ao servidor ou empregado da educação no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EDSON MARTINS - Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de concurso de remoção antes da realização de concursos públicos para contratação de Servidores Públicos do Estado de Rondônia e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES - Requer à Mesa Diretora que seja reagendada a Audiência Pública na

Câmara Municipal de Ji-Paraná para discutirmos sobre a obra do Anel Viário de Ji-Paraná.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON - Requer a aprovação do Voto de Repúdio em desfavor do contingenciamento de 12 bilhões feito pelo Governo Federal no orçamento de 2015, junto ao SUS – Sistema Único de Saúde (Ministério da Saúde), conforme mencionado pela “Carta a Nação” firmada pelo CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde), informando a atual situação da Saúde Pública no Brasil. Solicita-se também, o apoio dos Deputados Federais e Senadores do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - Requer à Mesa Diretora, que seja encaminhado ao Poder Executivo com cópia à Secretaria de Segurança Pública, pedido de reforço no policiamento do Bairro Aponiã, nas imediações da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Pedro Tavares Batalha.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - Requer Voto de Pesar à família do Servidor Antônio Barbosa da Silva.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Jequitibá, entre a Rua Açaí e Rua Monteiro Lobato, Bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES - Indica ao Poder Executivo, a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Bem-Te-Vis, entre a Rua Açaí e Rua Monteiro Lobato, Bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Papagaios, entre a Rua Açaí e Rua Monteiro Lobato, Bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES - Indica ao Poder Executivo, a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Preciosa, entre a Rua Açaí e Rua Monteiro Lobato, Bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES - Indica ao Poder Executivo, a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Massaranduba, entre a Rua Açaí e Rua Monteiro Lobato, Bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Periquitos, entre a Rua Açaí e Rua Monteiro Lobato, Bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Parreira, entre a Rua Açaí e Rua Monteiro Lobato, Bairro Eldorado, município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES** - Indica ao Poder Executivo, a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Acácia, entre a Rua Açaí e Rua Monteiro Lobato, Bairro Eldorado, município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES** - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Aquariquara, entre as Ruas Anari e Peroba, Bairro Eldorado, município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES** - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Mariscar, entre as Ruas Bastian e Avenida União, Bairro São Francisco, município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES** - Indica ao Poder Executivo, a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Carlos Reis, entre a Rua Chico Mendes e a Rua Anchieta, Bairro São Francisco, município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDSON MARTINS** - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador Confúcio Aires Moura a necessidade de criação de uma Residência do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Rondônia – DER, no distrito de Nova Dimensão, no município de Nova Mamoré.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON** - Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia a Eletrobrás - Distribuição Rondônia, a necessidade de expansão da rede de energia elétrica da Guascor, para inserir o Linhão junto ao município de Buritis, no Estado de Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR** - Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da estadualização da Linha 25 até Buritis, município de Monte Negro.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON** - Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia a Eletrobrás – Distribuição Rondônia, a necessidade de expansão da rede de energia elétrica da Guascor, para inserir o Linhão junto ao município de Cujubim no Estado de Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR** - Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da reforma da ponte sobre o rio Jaci, com extensão de 80 metros, no distrito de Jacinópolis, município de Nova Mamoré.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR** - Indica ao Governo do Estado, com cópia à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, a necessidade da construção da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Elvandas Maria de Siqueira, no distrito de Jacinópolis, município de Nova Mamoré.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO** - Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado, c/c ao Ilustríssimo Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, da necessidade de pavimentação de 28 quilômetros da RO-478, que liga o município de Costa Marques ao Forte Príncipe da Beira, localizado às margens do rio Guaporé.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO** - Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, c/c ao Ilustríssimo Superintendente da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer – SECEL, da necessidade de um estudo sobre a viabilidade histórica, cultural, socioeconômica, no sentido de ser integrada como ponto turístico do Estado a Estação Vila Murtinho, localizada no município de Nova Mamoré.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO** - Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, c/c ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, da continuidade de 05 quilômetros de pavimentação asfáltica na zona urbana do município de Pimenteiras do Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO** - Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, da necessidade de ampliação da Escola Casemiro de Abreu, localizada no centro do município de Nova Mamoré, para dar continuidade ao Projeto Guaporé – Aula em Tempo Integral.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO** - Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, c/c ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, da necessidade de recuperação da Linha 52, que liga o município de Alvorada do Oeste ao município de Novo Horizonte e ao município de Nova Brasilândia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO** - Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, c/c ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, a necessidade de recuperação da Linha 634, trecho compreendido entre o KM 20 ao KM 60, que dá acesso aos municípios de Mirante da Serra, Ouro Preto do Oeste e Nova União.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO** - Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, c/c ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, da necessidade da continuidade da obra de pavimentação asfáltica na BR 435, no trecho que liga os municípios de Cerejeiras e Pimenteiras do Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO** - Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, c/c ao Ilustríssima Secretária da Educação, da necessidade da construção do prédio da Escola CEEJA Paulo Freire, no município de Corumbiara.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO** - Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade da canalização e saneamento das proximidades do rio Cai N'água, no município de Monte Negro.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO** - Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade da construção de uma ponte sobre o rio Tabapuã, Linha C-45, no município de Monte Negro.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO** - Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade da construção de uma quadra

poliesportiva na Escola Municipal União do Alto Alegre, no município de Alto Paraíso, na Linha C-85.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO - Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade da implantação de uma base da Polícia Militar no distrito de Três Coqueiros, no município de Campo Novo de Rondônia.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA - Indica ao Excelentíssimo Senhor Secretário da EMATER Luiz Gomes Furtado a necessidade de disponibilização de pessoal habilitado para atender no município de Espigão do Oeste, a fim de efetuar o Cadastro Ambiental Rural – CAR.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado da Saúde, no sentido de viabilizar a aquisição de Tablets para uso dos Agentes de Saúde e Endemias do município de Espigão do Oeste.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA GLAUCIONE - Indica ao Poder Executivo, que através do Departamento de Estradas e Rodagens de Rondônia – DER, a necessidade de lombadas e sinalizações na Rodovia 383 – RO, no trecho BR 364/RO-010 Distrito de Nova Estrela - RO.

Lidas as Matérias, Senhor Presidente.

(Às 18 horas e 10 minutos o senhor Edson Martins passa a Presidência ao senhor Ezequiel Júnior)

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR (Presidente) – Lidas pelo nosso ilustre Secretário, as Proposições recebidas.

Solicito ao Secretário para proceder à leitura das Matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES - Requer à Mesa Diretora que seja reagendada a Audiência Pública na Câmara Municipal de Ji-Paraná para discutirmos sobre a obra do Anel Viário de Ji-Paraná.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Laerte Gomes. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO DOUTOR NEIDSON - Requer a aprovação do VOTO DE REPÚDIO em desfavor do contingenciamento de 12 bilhões feito pelo Governo Federal no orçamento de 2015, junto ao SUS – Sistema Único de Saúde – (Ministério da Saúde), conforme mencionado pela “Carta a Nação” firmada pelo CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde), informando a atual situação da Saúde Pública no Brasil. Solicita-se também, o apoio dos Deputados Federais e Senadores do Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Doutor Neidson. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - Requer Voto de Pesar à família do Servidor Antônio Barbosa da Silva.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Maurão de Carvalho. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO TOTAL Nº 017/15 PODER EXECUTIVO/ MENSAGEM 091 - Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 012/15, de autoria do Ministério Público que “dispõe sobre a paridade do Ministério Público com a magistratura e a observância do caráter nacional do Ministério Público e dá outras disposições”.

O SR. SAULO MOREIRA (Presidente) – O Veto se encontra sem Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Nomeio, portanto, Deputado Jesuíno Boabaid, para emitir o Parecer, em plenário, sobre o Veto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado, eu vou fazer a leitura, Deputado Léo Moraes, Deputada Glaucione, tratando sobre o Veto do Ministério Público. Então, eu vou fazer uma leitura bem... que deve ser esclarecido. Veto Total, autoria Poder Executivo, Veto Total ao Projeto de Lei Complementar 012/15, de autoria do Ministério Público, que “dispõe sobre a paridade do Ministério Público com a magistratura e a observância do caráter nacional do Ministério Público e outras disposições”. Relator no caso... eu vou para o Parecer. “A Matéria cuja Emenda foi aprovada no Plenário da Assembleia Legislativa, foi vetada pelo Executivo, sob o fundamento nos aspectos formais e materiais, tangentes ao vício de iniciativa. Há contrariedade com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e a Lei Orgânica do MP/RO, bem como o desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, ao atentado do interesse público em vista da superação do limite máximo de remuneração estadual. Há impossibilidade de resolução criar direitos com a implementação e a definição de valores de benefícios e indenizações, há afronta ao princípio da reserva legal ao aumento de despesas sem a devida comprovação de viabilidade orçamentária. Contudo, temos que... a referida Emenda foi inserida no texto original, atendendo às necessidades deliberadas pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, sem, contudo, atingir quaisquer vícios formais e/ou materiais, como pretende demonstrar o Executivo. Ao contrário do que aduz a presente Mensagem, a Emenda apresentada não trata de violação de quaisquer princípios constitucionais

nem aspectos formais, materiais e muito menos de iniciativa, portanto, não deve prosperar. Com observância do disposto no Artigo 42, parágrafos 4º, 5º e seguintes da Constituição do Estado de Rondônia, passam-se à análise da Mensagem n. 91, de 19 de maio de 2015, do Governo do Estado de Rondônia, que informou à Assembleia Legislativa as razões do Veto de Projeto de Lei aprovado e encaminhado ao Executivo através da Mensagem n. 069/2015 – ALE/RO, de 29 de abril de 2015. O destacado Projeto de Lei Complementar, que dispõe sobre a paridade do Ministério Público com a Magistratura e a observância do caráter nacional do Ministério Público, foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Rondônia, sem nenhum voto contrário de qualquer Membro da Casa de Leis. Obteve votação unânime dos presentes. Busca o Projeto assegurar o cumprimento de diretriz da Constituição Federal, através da consagração em Lei Complementar estadual, de princípios constitucionais e republicanos reconhecidos por decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Nacional de Justiça, a fim de lhes dar força de lei, com todos os seus corolários. As suas razões foram bem exauridas na própria justificativa encaminhada pelo Ministério Público de Rondônia, a quem coube a iniciativa deste Projeto de Lei Complementar”. Vejamos, aí ele cita diversas decisões reiteradas do STF, do CNJ. No âmbito da duração a apreciação de pedido de providências, o Conselheiro Felipe Locke, determinou a aplicação cumulativamente com os subsídios dos magistrados, das verbas e vantagens previstas na Lei Complementar Federal n. 75/93, Estatuto do Ministério Público da União e Lei 8.625/93 Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. Então, ele diz: mesmo que não haja Lei, o Conselho pode deliberar e aplicar essa questão.

Eu quero deixar bem claro aqui eu não tenho amores, nem paixões, tem que ser técnico, e fiz um estudo junto com os assessores que fazem parte da Comissão Pertinente, para analisar esses aspectos jurídicos. Até porque eu não tenho, se é para julgar manutenção do Veto, a gente mantém. Mas aqui eu vejo, porque são 07 laudas, até para não delongar, eu vejo que mesmo pela não aprovação, pela não manutenção desse Veto, pela manutenção do Veto, e não fazemos nada, isso vai perdurar, porque eles têm o órgão maior dele, que é o Conselho Nacional do Ministério Público. Então, tem que, eles podem fazer uma Resolução, baixar e falar: ‘vai ter que pagar’, porque tem orçamento próprio, eles têm orçamento próprio e são autônomos.

Então, ao final, eu vou falar que por fim, pressuposta princípio da reserva legal, da impossibilidade da Resolução em criar direitos com implementação e definição de valores, benefícios e indenizações, esses argumentos são precários e contrários. Acima notou-se a Resolução 133 do CNJ, determinou o pagamento de alguns benefícios aos membros da magistratura brasileira por simetria ao Ministério Público, mesmo sem previsão nas Leis Orgânicas da Magistratura, logo, o direito recíproco será sempre válido. De igual sorte, a Resolução 117/14, Conselho Nacional do Ministério Público, que determinou o pagamento de ajuda de custo para moradia aos membros do Ministério Público brasileiro, fazendo consignar, por sinal no seu Artigo 2º, regra similar aprovada por este Projeto de Lei Complementar, parágrafo 1º “o valor devido aos membros do Ministério Público, não será inferior àquele pago aos membros

do Poder Judiciário correspondente”. Então, está aqui, ao final, eu cito também que ele tem que ter dotação própria e só poderá aplicar essa Lei quando tiver orçamento. Portanto, ele não pode pegar e aplicar de plano qualquer benefício para carreira dos membros do Ministério Público. Eu passo “como visto, e as razões do Veto não sobrevivem diante de uma reflexão mais profunda e atualizada das normas e princípios constitucionais, ficando manifesto que houve abuso no poder do veto, restando à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia derrubá-lo, diante da existência de claro interesse público e de manifesta constitucionalidade da norma aprovada. Por isso, após análise minuciosa legais e constitucionais, bem como regimentais, sou de Parecer favorável à rejeição do Veto Total nº 017/2015 de autoria do Ministério Público, que dispõe sobre a paridade do Ministério Público com a magistratura e a observância de caráter nacional do Ministério Público”. Esse é o meu voto. Sou de Parecer para rejeitar o Veto. Pela rejeição do Veto.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, só para encaminhamento. Manutenção do Veto é ‘sim’, derrubada do Veto é ‘não’.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR (Presidente) – Isso, isso mesmo. Colocar em discussão o Parecer do Deputado Jesuíno. Em discussão. Em votação, o parecer está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários, se manifestem.

Aprovado o Parecer do Deputado Jesuíno.

Em discussão agora o Veto. Alguém quer discutir o Veto?

O SR. AÉLCIO DA TV – O Veto é voto nominal?

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR (Presidente) – Voto nominal. O painel está aberto para votação.

O SR. LÉO MORAES – O voto ‘não’ é para derrubar o Veto. Só para esclarecimento, ‘não’ para derrubar o Veto.

O SR. AÉLCIO DA TV – ‘Sim’ para manter, ‘não’ para derrubar.

(Às 18 horas e 23 minutos o Senhor Ezequiel Júnior passa a Presidência ao Senhor Edson Martins)

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- ausente

- Deputado Lazinho da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- não
- Deputado Léo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Com 10 votos 'sim' e 03 votos não, está mantido o Veto.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – ATO Nº 012/15-P/ALE - Constitui e nomeia membros da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a evasão fiscal no âmbito do Estado de Rondônia.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere a alínea “a”, inciso III, do Artigo 14 do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir, nos termos do § 3º do Artigo 36 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 33 do Regimento Interno, a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 5 (cinco) membros, para, no prazo de 90 (noventa) dias, investigar a evasão fiscal no âmbito do Estado de Rondônia.

Art. 2º. Nomear seus membros, a saber: Deputados Léo Moraes – PTB; Jean Oliveira – PSDB; Laerte Gomes – PEN; Jesuíno Boabaid – PT do B; e Aécio da TV – PP.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Presidência, 23 de julho de 2015. Deputado Maurão de Carvalho.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (Secretário) – Não há mais Matérias, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerada a Ordem do Dia, passemos às Comunicações Parlamentares.

Com a palavra o Nobre Deputado Aécio da TV, por cinco minutos, sem Apartes.

O SR. AÉLCIO DA TV – Senhor Presidente, só para fazer uma pergunta, porque na semana passada, na última Sessão, o Deputado Cleiton Roque pediu vista de um Projeto que era o Projeto das placas do DETRAN e eu não vi esse Projeto, e hoje, o prazo encerra. Ele tem que devolver para ser votado. Eu estava esperando aqui para votar e terminaram a leitura de todos os Projetos. Eu não vi o Projeto das...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Deputado Cleiton Roque está ausente...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O Deputado Hermínio, Deputado Aécio, ele que foi o autor, ele encontra-se enfermo, está com problema no dente e foi ao médico. Então, por isso que eu até fui falar com o Deputado Maurão, ele achou por bem, porque a defesa deve ser do proponente, até para ele se manifestar, foi esta a questão que o Deputado Maurão pediu que acatasse para amanhã e colocássemos em discussão, para estar presente com o Deputado Hermínio.

O SR. LÉO MORAES – Mas Presidente, na ausência de quem fez o pedido de vista e o prazo já perdido e esgotado, não tem que colocar, ainda assim, para votação?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não é necessário colocar em votação, pode ficar para amanhã, para ser discutido com a presença do autor do Projeto. Mas quanto ao Deputado que pediu vista...

O SR. AÉLCIO DA TV – Caso não seja possível colocar o Projeto hoje, eu gostaria de solicitar à Mesa que colocasse o Projeto na Sessão de amanhã.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Deputado Maurão de Carvalho, já havia tirado, ficou para votar amanhã. Ficará para amanhã, e será discutido e votado, pela ausência do Deputado Hermínio, hoje, que é o autor do Projeto.

Com a palavra o Deputado Aécio da TV, por cinco minutos, sem o Aparte.

O SR. AÉLCIO DA TV – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar a Mesa em nome do Presidente Deputado Edson Martins; cumprimentar todos os colegas em nome do meu amigo Deputado Léo Moraes; cumprimentar a todos que estão aí na galeria; cumprimentar a imprensa; cumprimentar a todos os servidores da Casa.

Senhor Presidente, o que me traz aqui nesta Tribuna, primeiro é para parabenizar e para não passar despercebido que o nosso time de Porto Velho, Genus que disputa o campeonato estadual, que foi campeão do segundo turno no último domingo, ganhando lá do VEC, Deputada Rosângela, empatando o jogo lá, depois de ter ganhado o primeiro jogo aqui, conquistou o segundo turno que dá direito a participar da Copa Verde. E começa agora a disputa, a decisão entre VEC X Genus do campeonato. O VEC ganhou primeiro turno e o Genus foi campeão do segundo turno e agora começa a decisão do campeonato, quem vai ser campeão. Quero inclusive, parabenizar a EUCATUR que faz o transporte de todos os times. O nosso futebol é um futebol capenga, com pouco apoio, não temos estádios, foi um sofrimento os campeonatos neste ano. Apesar de não estar envolvido diretamente, mas acompanho a distância por gostar muito de futebol. Vi as

dificuldades que os times tiveram, e alguns times daqui tinham que se deslocar para jogar fora, de Guajará-Mirim por falta de estádio. Enfim, foi um sofrimento. Apenas cinco equipes participando do campeonato, é lamentável. Um Estado com 52 municípios, nós deveríamos ter no mínimo uns doze times disputando a primeira divisão. Infelizmente, somente cinco estão disputando essa primeira divisão e agora afunilando, somente dois, o Genus e o VEC. Mas o que mais me trouxe aqui nesta Tribuna, que foi um fato inusitado, um fato dramático para todo o Estado de Rondônia... o Governador, neste final de semana, publicou no seu blog uma coisa, que só dá para acreditar mesmo quem leu ou quem assistiu ou viu algum comentário nos veículos de comunicação. O Governador pedia socorro, na publicação dele, porque apesar de toda a falta de cultura, a falta de movimentos culturais, a falta de incentivo à cultura no nosso Estado, Rondônia depois de... Porto Velho, principalmente, depois de cem anos ganhou o teatro, o maior teatro da Amazônia. Pasmem os senhores, que este teatro está pronto há nove meses, faz nove meses, desde setembro do ano passado que o teatro está pronto, que maravilha, não é? Pois é, amanhã nós vamos ter aqui em Porto Velho um sonho de consumo para quem gosta de cultura, nós vamos ter aqui em Porto Velho a equipe de dança mais famosa do mundo, Bolshoi. Aquelas bailarinas vão estar aqui, dando um espetáculo de dança. Pasmem os senhores, nós temos o teatro pronto há 09 meses e sabem aonde é que vai se apresentar o Balé Bolshoi? Na Talismã 21. Sabem por quê? Porque em 09 meses, Deputado e ex-vereador de Porto Velho Léo Moraes, a Prefeitura Municipal de Porto Velho, não teve a competência de dar o habite-se, de dar o alvará para o governo do Estado. O nosso teatro está pronto, mas a Prefeitura se nega a dar o habite-se e o alvará de funcionamento. A que ponto chegamos, para o Governador pedir socorro no seu blog: “pelo amor de Deus, precisamos do alvará, pelo amor de Deus, precisamos do habite-se, o que mais que eu preciso fazer para conseguir isso”?

“Meu Porto Velho amigo, a gente gosta, a gente cuida”. Que absurdo essa frase que a gente vê nos veículos de comunicação da Prefeitura Municipal de Porto Velho. Nós temos o teatro construído há nove meses, nós temos a oportunidade de ter em Porto Velho o Balé Bolshoi e infelizmente não será apresentado no teatro que é o maior da Amazônia. É um negócio que não cabe na cabeça de ninguém e se você disser em qualquer lugar, ninguém vai acreditar, ninguém vai acreditar num negócio desses. Pois isso acontece, Deputado Airton, aqui em Porto Velho. Com tanta dificuldade, nós perdemos EXPOVEL, nós perdemos... se vai perdendo tudo e quando ganha um teatro, não pode se apresentar porque a Prefeitura se nega a dar o alvará, se nega a dar o habite-se ao Governo do Estado de Rondônia. Então, eu estou aqui para fazer um desabafo em nome do Governador que publicou no seu blog, nesse final de semana e ouvi comentários em todos os veículos de comunicação. Ontem o Everton Leoni e os dinossauros detonaram, porque é um absurdo um negócio desses, não cabe em lugar nenhum. Isso só acontece conosco aqui em Porto Velho.

O Sr. Adelino Follador – Permite-me, Deputado?

O SR. AÉLCIO DA TV – Deputado Adelino Follador.

O Sr. Adelino Follador – Quero parabenizar o Deputado Aécio por esse seu pronunciamento. Eu tenho acompanhado na mídia, inclusive eu vi o Dr. Mauro dando uma entrevista na rádio onde o pessoal interpelou, pediu, ‘não, nós vamos ver ainda, nós estamos, nós vamos ver, nós vamos ver’. É lamentável isso, é lamentável um Prefeito não ter coragem de bater na mesa e falar para o Secretário, ou tira o Secretário que não está... Eu acho isso uma vergonha para o Estado de Rondônia, uma vergonha para Rondônia e para Porto Velho, com certeza.

Eu quero dizer que esse teatro começou na época do Raupp, há quantos anos atrás? Foi inaugurado na época da campanha política, no ano passado, Vossa Excelência falou que são 09 meses e hoje está aí passando vergonha. Então, com certeza está de parabéns. E a gente vê essa inércia do prefeito em tomar decisão, dizendo, agora, que talvez saia um provisório, mas que o governo ainda vai ter que cumprir, e o Prefeito dizendo que é parceiro do Governo do Estado, o Vice-Governador também é do mesmo partido do Dr. Mauro e não consegue resolver. É uma coisa muito difícil de explicar.

O SR. AÉLCIO DA TV – Só para lembrar as contrapartidas que o Governo do Estado está dando ao município de Porto Velho. Porto Velho ganhou recapeamento, 27 quilômetros, tem ganhado asfalto, ganhou quinze milhões de brinde do DETRAN. Eu quero abrir para o Deputado Airton falar sobre isso. Tudo isso e não se considera, ainda, contrapartida.

O Sr. Airton Gurgacz – Deputado Aécio, obrigado, mas, Presidente, o Governador Confúcio tem recapeado, tem feito muito trabalho de asfalto aqui dentro da nossa cidade e também agora o DETRAN vai repassar quinze milhões para melhorar a questão de trânsito, de trafegabilidade aqui na nossa capital, e o Prefeito não dá uma licença, uma autorização. Deputado, parabéns pelas suas colocações, mas é muito dinheiro que o Governo do Estado dá, uma parceria e não tem a mão dupla, não tem o retorno, e ainda mais a apresentação cultural do Bolshoi que todos brasileiros, todos nós queremos ver, não é? E não poder usar o teatro que foi feito, que é magnífico, é bonito. Mas o que nos deixa indignado, é com a ajuda que o Governo do Estado tem dado para o Prefeito, é nosso companheiro o nosso Prefeito, mas ele teria que dar uma olhadinha nesse momento aí dessa coisa.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. AÉLCIO DA TV – Como diz, quem tem um aliado, quem tem um amigo como o Dr. Mauro, não precisa de inimigo.

O Sr. Léo Moraes – Um Aparte, Deputado?

O SR. AÉLCIO DA TV – Deputado Léo Moraes.

O Sr. Léo Moraes – Exatamente, Deputado Aécio da TV. Gostaria de parabenizar pela fala oportuna, primeiramente pelo Genus que de forma muito aguerrida ganhou o segundo turno do campeonato rondoniense. Estava jogando com um a menos, desde os vinte minutos do primeiro tempo, ainda assim segurou o empate e ressurgiu como a fênix das cinzas no campeonato rondoniense e acredito muito, acredito muito na vitória. Que saia com esse troféu de campeão do nosso campeonato

rondoniense. Ganhou do VEC que também não mediu esforços, mas não tem como deixar de falar que o Genus foi superior, pelo menos na raça.

O SR. AÉLCIO DA TV – O Genus vai ser campeão.

O Sr. Léo Moraes – Vai, vai ser campeão.

O SR. AÉLCIO DA TV – Tem tudo para ser campeão. Estava ganhando o jogo lá em Vilhena e no final cedeu empate, mas poderia ter aberto 2 X 0, foi muito superior.

O Sr. Léo Moraes – Isso mesmo. E dizer aqui ao Deputado Aécio da TV, que eu imagino que o Prefeito Mauro Nazif e sua trupe deve estar fazendo balé para fugir das poças que ele criou aqui na nossa cidade de Porto Velho. Deve ser o único balé que ele conhece, tamanha desorganização e a desordem instalada na capital do Estado de Rondônia. Eu não posso deixar de falar isso, sou um crítico contumaz, ferrenho e intransigente pela pífia administração do município de Porto Velho. Faço das suas palavras as minhas e reitero uma palavra que V.Ex.^a sempre menciona desde a vereança, 'nada está tão ruim que não possa piorar', e o prefeito está aí para quebrar paradigmas.

O SR. AÉLCIO DA TV – É verdade, nada é tão ruim que não possa piorar.

O Sr. Ezequiel Júnior – Um Aparte, Deputado?

O SR. AÉLCIO DA TV – Deputado Ezequiel Júnior.

O Sr. Ezequiel Júnior – Parabéns pelo tema de interesse do povo de Porto Velho, da nossa carente cultura da capital. O interessante é o seguinte, aquilo que o Deputado Adelino falou, tirou a palavra de minha boca. O Vice-Governador é do mesmo Partido do Prefeito da capital, e é importante se destacar também que esse teatro, pelo menos a semana passada, ele estava sendo utilizado para outros eventos. O que me preocupa também, é saber que aquele teatro foi entregue para uma fundação, que está cobrando muito caro para quem quer fazer algum evento. Eu por exemplo, fiz um pedido para uma entidade filantrópica fazer um evento cultural lá no teatro, sem cobrança de ingresso, e a direção dessa fundação informou que tem que pagar uma taxa de sete mil reais, para usar a estrutura do teatro estadual. O que está acontecendo neste Estado? Uma obra que foi feita à custa do povo de Rondônia, custou para mim, para o senhor para o povo do Estado e quando se quer fazer um evento de portas abertas de incentivo a cultura, para atrair o povo que tem direito a cultura, tem que pagar sete mil reais? Coisas que eu não concordo. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. AÉLCIO DA TV – Obrigado, Deputado Ezequiel. Finalizando as minhas palavras, Presidente, realmente é de indignação essa história do teatro. É de indignação total. Eu que tenho sido um crítico ferrenho da administração do Dr. Mauro desde o começo, eu criei essa frase que o Deputado Léo

acabou colocando aqui, que nada é tão ruim que não possa piorar. O transporte piorou, a cidade piorou. Nós, hoje, temos, depois de dois anos e meio, nossa cidade está muito pior do que o que estava há dois anos e meio. Eu não quero defender aqui a administração anterior, mas quero falar da tristeza que é essa atual administração. Mas eu acho que nós agora temos motivos para começarmos a nos alegrar, porque falta apenas 18 meses para acabar esse desastre.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS – (Presidente) – Muito obrigado Deputado Aécio da TV, pelo seu brilhante discurso, nas Comunicações Parlamentares, mesmo que não caiba Apartes, mas para ouvir pessoas com discursos brilhantes, como o Deputado Aécio da TV, a boa participação do Deputado Léo Moraes, do Deputado Ezequiel Júnior, Deputado Airtton, eu acho que com certeza, só engrandece o trabalho desta Casa. Encerradas as Comunicações Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária, num prazo de um minuto, com a finalidade de apreciar as seguintes matérias: Projetos de Decreto Legislativo 10/2015, de autoria da Deputada Rosângela Donadon; Projeto de Lei 041/2015 de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei 097/2015, do Poder Executivo; Projeto de Lei 110/2015 de autoria do Poder Executivo.

Está encerrada esta Sessão.

(Às 18 horas e 48 minutos, encerra-se esta Sessão)

ATA DA 38ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

(Em 24 de junho de 2015)

**Presidência do Sr
Maurão de Carvalho - Presidente**

**Secretariado pelo o Sr.
Lebrão - 1º Secretário**

(Às 12 horas e 23 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airtton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Lúcia Tereza (PP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Leo Moraes (PTB), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP) e Rosângela Donadon (PMDB).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 38ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito a Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior e determino sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passemos a Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das Matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – EM SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 001/2015 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 022, que reestrutura a Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Rondônia – ASPER, e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação. Deputado Ribamar esse é o Projeto que V. Exª pediu, que é a Mensagem 022. É a segunda votação.

O painel está aberto.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Encaminhe o voto, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Nós encaminhamos para votar SIM, o Deputado Ribamar tem o entendimento de votar NÃO.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim

- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com 16 votos favoráveis, está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 018/2015 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, OFÍCIO 1093/2015, que dispõe sobre a paridade de Ministério Público com a Magistratura e a observância do caráter nacional do Ministério Público, e outras disposições.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei Complementar 018/15, do Ministério Público do Estado de Rondônia, em segunda discussão e votação.

Votação nominal, o painel está à disposição.

O requerimento do Deputado Luizinho foi votado àquela hora? Está votado?

Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO – Presidente, votei recomendado pelo Deputado Jean Oliveira.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com 16 votos favoráveis está aprovado o Projeto de Lei Complementar 018/15 do Ministério Público.

Vai ao Expediente

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais Matérias, senhor Secretário.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária no prazo de 01 minuto para apreciação do Veto Parcial nº005/15.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço aos Deputados que fiquem no plenário porque é o último Projeto a ser votado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Nada mais havendo a tratar, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Sessão.

(Encerra-se esta Sessão Extraordinária às 12 horas 29 minutos)

**ATA da 40ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

(Em 30 de Junho de 2015)

**Presidência do Sr.
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente**

**Secretariado pelo Sr.
LEBRÃO - 1º Secretário**

(Às 19 horas e 14 minutos é aberta a sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazineho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT), Só Na Bença (PMDB).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 40ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito a Senhor Secretário que proceda a leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço licença da leitura da leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa. Passamos a Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 020/15, MESA DIRETORA, que Altera tabelas do Anexo I e o Anexo II da Lei Complementar 730, de 30 de setembro de 2013.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei Complementar nº020/15. Projeto de Lei Complementar que altera a tabela de Anexo I e o Anexo II da Lei Complementar de nº730, de 30 de setembro de 2013.

A matéria é da Mesa Diretora, está sem o Parecer, com Emenda. Eu solicito ao Deputado Hermínio para emitir o Parecer. Deputado Jesuíno para emitir o Parecer pela Comissão de Justiça.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Trata-se do Projeto de Lei Complementar nº020/15 que altera tabelas do Anexo I e o Anexo II da Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2013.

Nós somos de Parecer favorável pelas respectivas Comissões, com Emenda.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Parecer com Emenda do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o Parecer.** Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº020/15, a votação é nominal.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Do que é que trata o Projeto, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Esse aqui Deputado Hermínio é o Projeto que...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, não é sobre o Projeto, não.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não. Eu pedira para Vossa Excelência colocar na Ordem do Dia, incluísse na Ordem do Dia da Sessão Extraordinária o Projeto de Decreto Legislativo nº012/15, que susta a execução da Portaria nº2120, do Gabinete do DETRAN/RO, 19 de março de 2015. É que aquele Projeto nosso que susta a Portaria que passa toda aquela questão das Placas.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – o Deputado Hermínio solicita que seja incluído na Pauta.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu pedira que Vossa Excelência colocasse na Pauta da Sessão Extraordinária.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Deputado Hermínio está pedindo para inserir aquele, o sustamento, que é o Projeto da Portaria lá do DETRAN, o Projeto de Lei Decreto Legislativo nº012/15. É o que susta a Portaria lá do DETRAN, e ele está pedindo ser incluído e nós estamos acatando, para ser incluído na matéria. Vai incluir.

Em votação. O Projeto que está votando. Solicito aos Deputados, Deputado Jean e Deputado Marcelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Já tem 16 votos, já tem 17 votos, já está, já vamos para outra matéria, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Votação nominal, o painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim

- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lázinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está aprovado com 24 votos. **Aprovado em 1ª discussão e votação.**

Vai a 2ª discussão votação.

Próxima Matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº 013/15 DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV, concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia, in memoriam, ao senhor Sérgio Roberto de Araújo Mello.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo nº 013/15 do Deputado Aécio da TV. Solicito ao Deputado Saulo Moreira que emita o Parecer pela Comissão de Justiça.

O SR. SAULO MOREIRA – Senhor Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 013/15 do Deputado Aécio da TV, que concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia, in memoriam, ao senhor Sérgio Roberto de Araújo Mello, que está dentro da constitucionalidade, inclusive com assinatura de vários Deputados, senhor Presidente. Então o nosso Parecer é favorável.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do Deputado Saulo Moreira. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer favorável do Deputado Saulo Moreira.

Em votação. Votação nominal do Projeto de Decreto Legislativo nº 013/15. Está aberto o painel.

O SR. AÉLCIO DA TV – Presidente, essa é uma homenagem que nós propomos aqui na Casa ao Jornalista Sérgio Mello. Trabalhou na assessoria de Comunicação do governo desde a época do Ângelo Angelim, foi uma pessoa que contribuiu muito para a comunicação deste Estado, e como ex-colega nós queremos reconhecer o trabalho que foi desenvolvido por este

profissional, o sistema imagem, faz um trabalho brilhante no nosso Estado, e o Sérgio sempre esteve junto com o pessoal do Sistema Imagem de Comunicação cobrindo as principais informações. Quem como Deputado não foi entrevistado um dia pelo ex-companheiro Sérgio Mello, no seu conhecidíssimo “Papo News”. Todos nós praticamente participamos e eu tenho certeza que todos os Deputados participaram, eu sei que a gente não vai conseguir suprir a falta do companheiro Sérgio Mello com esse título, mas nós vamos está mostrando para sua família, principalmente a importância que este profissional teve para nós desta Casa Legislativa, para sociedade de Rondônia em geral e o importante é o legado que o Sérgio Mello deixou para nós, principalmente da comunicação. Em nome da Comunicação do Estado de Rondônia, eu peço votos de todos, para que nós possamos homenagear, in memoriam, o jornalista, profissional Sérgio Mello. Muito obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Aparte Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Quero aproveitar esse momento para também parabenizar o Deputado Aécio da TV, por estar lembrando o Sérgio, que foi um grande companheiro, a gente conhece desde que chegamos aqui em Rondônia, desde a época do Teixeira, um grande jornalista. Então, parabenizar pela ideia, por estar lembrando uma pessoa que tanto fez pelo Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com 24 votos está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 012/15 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO, susta a execução da Portaria nº 2120/GAB/DETRAN/RO, de 19 de maio de 2015.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 012/15 com o parecer do Deputado Laerte Gomes. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão e votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 012/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/15 DA MESA DIRETORA, que dispõe sobre a regulamentação da concessão de diárias e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto da Mesa Diretora nº 016/15, encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Saulo, emitir parecer pela Comissão de Justiça.

O SR. SAULO MOREIRA – Senhor Presidente, o Projeto de Resolução nº 16/15 de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a regulamentação da concessão de diárias. Esta Casa Senhor Presidente, através da Mesa Diretora, inteligentemente fez as adequações necessárias para não haver distorções com relação as diárias de parlamentares e até de servidores desta Casa quando em viagens, atendendo a necessidade deste Poder Legislativo, e que, portanto, o Projeto encontra-se dentro da sua legalidade e da constitucionalidade. O meu parecer é um parecer favorável a aprovação da matéria.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer do Eminentíssimo Deputado Saulo Moreira, parecer favorável. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão única e votação. O Projeto de Resolução nº 016/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestam.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 126/15 DA MESA DIRETORA, que institui o Plano de Aposentadoria incentivada – PAI e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei nº 126/15, da Mesa Diretora. Solicito ao Deputado Saulo, para emitir o parecer pelas Comissões Pertinentes.

Registrar aqui a presença do Vereador Arilson, lá de Castanheiras, sua esposa que encontra-se no plenário, nosso companheiro e amigo, colega do município de Castanheiras, Vereador daquela cidade.

O SR. SAULO MOREIRA – Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Fique à vontade.

O SR. SAULO MOREIRA – Senhor Presidente, esse Projeto de Lei aqui é o 126/15, também de autoria da Mesa Diretora, Senhor Presidente, e aqui a gente quer parabenizar esta Mesa Diretora da Assembleia, através de Vossa Excelência como Presidente desta Casa, por ter dito a preocupação em valorizar os servidores desta Casa e ao mesmo tempo, instituir o Plano que incentiva a aposentadoria de servidores que já estão há mais de 20, 25 anos nesta Casa prestando um grande trabalho a esta legislatura, as legislaturas anteriores e que já está chegando ao momento de ter as suas aposentadorias e as vezes esta Casa ainda não tinha esse reconhecimento em questão de valorização desses servidores e esse Projeto aqui ele veio em bom momento. Vossa Excelência está de parabéns juntamente com a Mesa Diretora e que, portanto, o nosso parecer é favorável a aprovação dessa matéria.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O parecer do Eminentíssimo Deputado Saulo é favorável ao Projeto de Lei nº 126/15, que incentiva, é um Projeto da Mesa Diretora que

incentiva nossos servidores que estão aptos a aposentar. Nós estamos incentivando, aprovando, mesmo o projeto não aprovado, mas só com o compromisso que a Casa fez, a Mesa Diretora fez de aposentar os nossos servidores, depois desta proposta e com compromisso desse incentivo que nós estamos dando aos servidores da Casa, nós tivemos aí, neste mês, mais de 40 solicitando a aposentadoria. Então é um incentivo e nós esperamos aposentar mais de 100 pessoas, servidores desta Casa com esse incentivo de aposentadoria que contempla o servidor que prestou serviço a esta Casa.

Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 126/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE lei 058/15 DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Dispõe sobre o desconto de 50% nos ingressos de cinema, teatros, eventos culturais, esportivos e de lazer para o cargo de professor.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Lei 058/2015, do eminente Deputado Ribamar Araújo, já está com parecer.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES - Só para comunicar aos colegas que a CPI da Evasão Fiscal, os membros se reuniram dia 25, e elegeram o Deputado Jesuíno Boabaid, Presidente; este Deputado, Vice-Presidente; Deputado Léo Moraes, Relator da CPI, que já vai ter o início dos seus trabalhos para deliberar sobre matérias. Só a título de informação aos nobres colegas da Casa. Como membros, o Deputado Jean Oliveira e o Deputado Aécio da TV.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte Gomes. Eu penso que o trabalho da CPI da Evasão, deve suspender com o recesso e volta novamente depois do recesso. Só deixar anunciado que no período do recesso fica suspensa.

O Projeto de Lei 058/15 do Deputado Ribamar Araújo, solicito ao Deputado da Educação e Cultura, Deputado Adelino Follador para emitir parecer pelas Comissões.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei nº 058/2015, de autoria do Deputado Ribamar Araújo, que dispõe sobre o desconto de 50% nos ingressos de cinema, teatros, eventos culturais, esportivos e de lazer para o cargo de professor. Somos de parecer favorável. Parabéns Deputado. Estou dando parecer pela Comissão de Educação e Cultura. Parabéns, Deputado. Projeto interessante, valorizando o professor. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer favorável do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 058/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 109/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 103. Prorroga o prazo estabelecido na Lei nº 3.499, de 30 de dezembro de 2014, que autoriza o Poder Executivo Estadual a prorrogar em caráter excepcional contratos emergenciais de socioeducadores do Estado de Rondônia. Projeto com Emenda, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei 109/15. Deputado Léo para emitir parecer pelas Comissões.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, pela Comissão pertinente, emito parecer em relação ao Projeto de Lei nº 109/2015, Mensagem 103 do Poder Executivo, que prorroga o prazo estabelecido na Lei nº 3.499, de 30 de dezembro de 2014, que autoriza o Poder Executivo Estadual a prorrogar em caráter excepcional contratos emergenciais de socioeducadores do Estado de Rondônia.

Por questão de um erro material, haja vista que a Mensagem do Governo do Estado de Rondônia deixa muito claro que é por 90 dias o prazo de vigência dos contratos emergenciais e que na ementa da lei, se refere há trinta dias. Apresentei uma emenda modificativa fazendo essa correção de um erro material para que se permaneça em noventa dias com o seguinte texto: o artigo 1º do Projeto de Lei, que prorroga o prazo estabelecido na Lei nº 3499 de 2014, que autoriza o Poder Executivo Estadual a prorrogar em caráter excepcional contratos emergenciais de Sócios Educadores do Estado de Rondônia, passa a vigorar com a seguinte redação: 'Fica prorrogado por mais noventa dias', assim como é o texto original Deputado Cleiton Roque, foi um erro material do governo do Estado que está sendo sanado, a contar do dia 01 de junho de 2015 o prazo estabelecido na lei, que autoriza ao Poder Executivo Estadual a prorrogar em caráter excepcional, contratos emergenciais dos Sócios Educadores do Estado de Rondônia, nos termos do artigo 4º inciso I da Lei nº 1.184 de 27 de março de 2003'. Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015, inclusive em concordância com o líder do governo Deputado Luizinho Goebel. E nós somos favoráveis ao referido Projeto, com Emenda Modificativa.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Parecer do Deputado Léo Moraes, favorável com Emenda. Em discussão e votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto com emenda. Projeto de Lei nº 109/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado em primeira discussão.

Vai à segunda discussão e votação.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 072/15 DO DEPUTADO LAERTE GOMES, que dispõe sobre obrigatoriedade de shopping Center, hiper e supermercados em fornecer carrinhos motorizados aos portadores de mobilidade reduzida, idosos, gestantes e pessoas com limitação, e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei com emenda nº 072/15, já está com parecer. Em primeira discussão e votação, Projeto de Lei nº 072/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado em primeira discussão e votação.

Vai à segunda discussão e votação.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 082/15 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI, torna obrigatório a informação aos usuários dos serviços de energia elétrica no âmbito do Estado de Rondônia de seus direitos na forma que menciona.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pedir para o Deputado Léo dar o parecer no Projeto.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, enquanto o Deputado Léo, vai dar o parecer. Só dizer que esse Projeto é importante para as pessoas com mobilidade reduzida; para idoso, gestantes, pessoas com limitações, com certeza vai atender uma demanda bem grande, os supermercados e hipermercados e shopping. Agradecer aos nobres colegas que votaram a favor do Projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado. O Deputado Alex, vota ao contrário ao Projeto, ele está registrando. Ele ia votar, mas já passou a matéria já era vencida. Projeto de Lei nº 082/15 já se encontra com o parecer das Comissões. Em primeira discussão e votação, Projeto de Lei nº 082/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 116/15 PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 111, autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 554.264,72, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministério Público de Rondônia – FUNDIMPER.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Alex, quer fazer um registro no voto, é voto simbólico, no Projeto de Lei nº 082/15.

O SR. ALEX REDANO – Já expliquei para o autor do Projeto. Só justificar o meu voto contrário a esse Projeto, mas já me justifiquei com o Deputado Laerte, por muitas vezes sempre favorável aos seus Projetos, dessa vez, nossos pensamentos divergiram. Mas um brilhante Deputado, mas já manifesto meu voto contrário ao Projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está acatado o voto do Alex Redano.

O SR. LAERTE GOMES – Tenho certeza meu colega Deputado Alex Redano, que não é o seu pensamento, mas respeito a sua posição até porque Vossa Excelência me falou. Mas pelo seu pensamento, Vossa Excelência votaria a favor dessas pessoas que tanto precisam.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei nº 116/15, falta o parecer pela Comissão de Justiça e Finanças. Membro da Comissão de Justiça, Deputado Adelino Follador para emitir o parecer pelas Comissões.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mensagem 111, Projeto de Lei nº 116/15, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 554.264,72, em favor da Unidade Orçamentária : Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministério Público de Rondônia – FUNDIMPER. Somos de parecer favorável senhor Presidente. Estamos dando o parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão e votação o parecer do eminente Deputado Adelino Follador, pelas Comissões Pertinentes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 116/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO, requer a Mesa nos termos do parágrafo único do artigo 199 Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos Projetos. Projeto de Lei nº 058/15, Projeto de Lei nº 072/15, Projeto de Lei nº 082/15, Projeto de Lei nº 109/15, Projeto de Lei 116/15 e Projeto de Lei Complementar nº 020/15.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o requerimento do Deputado Lebrão. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matérias, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia. E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco uma Sessão Extraordinária no prazo de um minuto para aprovar em segunda discussão as matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 42 minutos)

**ATA DA 41ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 30 de junho de 2015.

**Presidência do Sr.
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente**

**Secretariado pelo Sr.
LEBRÃO - 1º Secretário**

(Às 19 horas e 43 minutos é aberta a sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT), Só Na Bença (PMDB).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 41ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Peço a dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensa a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior e determino a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passemos a Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da matéria a ser apreciada.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 020/15 DA MESA DIRETORA, que altera tabelas do Anexo I e o Anexo II da Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2013.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação, Projeto de Lei Complementar nº 020,

votação nominal. O painel está aberto. É o Projeto de Lei Complementar que altera a tabela do Anexo I e o Anexo II da Lei Complementar nº 730, é um Projeto da Mesa Diretora, da Casa. Votar sim.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 24 votos favoráveis, está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI Nº 058/15 DO DEPUTADO RIBABAR ARAÚJO, que dispõe sobre o desconto de 50%(cinquenta por cento) nos ingressos de cinemas, teatros, eventos culturais, esportivos e de lazer para cargo de professor.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão Projeto de Lei nº 058/15 do eminente Deputado Ribamar Araújo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 126/15 DA MESA DIRETORA, que institui o Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei nº 126/15, em segunda discussão e votação, da Mesa Diretora. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 109/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 103, que prorroga o prazo estabelecido na Lei nº 3.499, de 30 de dezembro de 2014, que “Autoriza o Poder Executivo Estadual a prorrogar em caráter excepcional, contratos emergenciais de socioeducadores do Estado de Rondônia”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação, Projeto de Lei nº 109/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 082/15 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID, Torna obrigatória a informação aos usuários dos serviços de energia elétrica no âmbito do Estado de Rondônia de seus direitos na forma que menciona.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação Projeto de Lei nº 082/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 116/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 111, Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 554.264,72, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministério Público de Rondônia – FUNDIMPER.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação Projeto de Lei nº 116/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 072/15 DO DEPUTADO LAERTE GOMES, que dispõe sobre a obrigatoriedade de shopping centers, hiper e supermercados em fornecer carrinhos motorizados aos portadores de mobilidade reduzida, idosos, gestantes e pessoas com limitação, e dá outras providências.

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente, permite Questão de Ordem para.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda e votação Projeto de Lei 072/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Secretário.

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente, a tempo eu gostaria de só de justificar o meu voto contrário e expor uma preocupação e um pensamento. Eu entendo a preocupação do deputado Laerte com os deficientes, mas eu tenho uma preocupação deputado Laerte, justificando já o meu voto contrário, e lembrando Vossa Excelência é que na última votação eu fui o único que votou com Vossa Excelência. Mas a minha preocupação senhores deputados é que será que num será repassado ao consumidor esse custo? De colocar os carrinhos elétricos para os idosos e para os deficientes? Será quem vai pagar essa conta é o supermercado? É o Shopping Center? Ou será repassado para o consumidor final? Essa é a minha preocupação, mas vivemos numa democracia e tenho o voto contrário, mas parabeno que sei que teve a boa intenção do deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Só para concluir aqui, eu respeito com toda certeza deputado Alex o seu voto e Vossa Excelência também não está errado, mas eu acho que como são grandes empresas, supermercados acima de dez caixas, shoppings e hipermercados eu acho que não vai ter essa jurisdição é mais, ela é maior. E só dizer que a emenda que tem aí, Presidente, do Dr. Neidson, nosso deputado, ela dá 180 dias para as empresas se adequarem a essa lei agora. Então eu acho que foi muito... Esta emenda do Dr. Neidson, ela veio acrescentar muito nesse projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está bom Deputado.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matérias na Ordem do Dia, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente sessão, convoco uma Sessão Extraordinária para em seguida com a finalidade de procedermos a eleição da Mesa Diretora para o segundo biênio da 9ª Legislatura. Está encerrada a sessão.

(Encerra-se esta sessão às 19 horas e 51 minutos)

**ATA DA 43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

(Em 01 de julho de 2015)

**Presidência do Sr.
Edson Martins - 1º Vice-Presidente**

**Secretariado pelo o Sr.
Lebrão - 1º Secretário**

(Às 13 horas e 2 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque

(PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuino Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Glaucione (PSDC) e Lúcia Tereza (PP).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Sob a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 43ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço a dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa.

Passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 005/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 033 - Dispõe sobre o acompanhamento e a fiscalização pelo Estado de Rondônia, das compensações e das participações financeiras previstas no Artigo 20, parágrafo 1º da Constituição Federal, oriundas das concessões, permissões, cessões e outras modalidades administrativas para a exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural, entre outros recursos naturais, na forma que especifica e dá outras providências.

(Às 13 horas e 03 minutos o Sr. Edson Martins passa a Presidência ao Sr. Maurão de Carvalho).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão o Projeto de Lei nº 005/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 044/15 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às pessoas com Epilepsia no Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 044/15 - Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 053/15 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, que institui a Semana Estadual de Estudo e Conscientização sobre o Autismo no Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 053/15 - Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 99/15 DO DEPUTADO DR. NEIDSON, que altera a Emenda e acrescenta dispositivo à Lei nº 1.989, de 26 de novembro de 2008.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 099/15. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 114/15 DO DEPUTADO LÉO MORAES, que dispõe sobre o auxílio e assistência do Estado as Vítimas de Violência, e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 114/15. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 117/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 112, que institui o Comitê Estadual de Articulação do Programa Territórios da Cidadania – CAE, dispõe sobre sua organização, funcionamento e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 117/15 - Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 118/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 113, que institui o Programa Rondônia Pró-Catador, o Comitê Interestadual para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, dispõe sobre sua organização e funcionamento e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 118/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 119/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 114, que cria o Comitê Estadual para a Política de Juventude no Estado de Rondônia – COEJUV/RO e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 119/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 122/15 DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV, que dispõe sobre a proteção ao professor e ao servidor ou empregado da Educação no Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 122/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 123/15 DO DEPUTADO EDSON MARTINS, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de concurso de remoção antes da realização de concursos públicos para contratação de Servidores Públicos do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 123/15.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente? Esse Projeto é um Projeto que eu apresentei aqui na Casa, ele tramitou já nas Comissões, o Deputado Jesuíno até apresentou algumas Emendas, ele autoriza o Poder Executivo a promover um concurso de remoção entre os servidores do Estado. Nós, às vezes, o Deputado é muito cobrado para transferir um professor de um município para outro, ou um militar, ou um servidor na área da Saúde. E esse concurso diz quando o Governo do Estado for promover um concurso para preencher vagas em qualquer área do Governo, que antes seja oferecido uma oportunidade para as pessoas que querem ser transferidas de um Município para o outro. Seria um concurso interno entre servidores, e aí sim, para preencher as vagas, àqueles que querem transferir do município de Nova Mamoré, vamos dizer, para Porto Velho, tem a oportunidade de se transferir, ser lotado em Porto Velho.

Às vezes o servidor que está há 10, 15 anos trabalhando por questão de família, um filho que às vezes precisa estudar na Capital ou em outro município grande do eixo da BR, ele tem a oportunidade de sair de um pequeno município para um município maior, ou até mesmo da Capital para o interior quando há interesse. Depois será publicado a quantidade de vaga para ser preenchida. Então, eu acho que é um Projeto importante. Eu pelo menos tenho sido muito cobrado na questão de transferência de servidores. Eu tenho certeza que todos os Deputados recebem essa cobrança, e o Deputado Jesuíno entendia que precisava apresentar uma Emenda que seja também atendido o civil e militar, e no meu entendimento já seria abrangente, mas eu acho que a Emenda também só vem esclarecer um pouco mais. Então, esse projeto é estendido a todos os servidores do Estado com essa oportunidade de remover antes de preencher as vagas, através de um concurso. Seria esse o objetivo desse nosso Projeto.

Muito obrigado.

Gostaria de pedir a aprovação deste Projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 124/15, DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO, que dispõe sobre a obrigatoriedade de devolução integral, e em espécie, do troco ao consumidor de bens e serviços, nos estabelecimentos situados no Estado de Rondônia, e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 124/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 125/15 DO DEPUTADO LÉO MORAES, que dispõe sobre isenção do pagamento de taxa de inscrição de concursos públicos promovidos pelo Governo do Estado de Rondônia, aos doadores de Medula Óssea.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 125/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 083/15, DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - Ficam obrigados os supermercados e hipermercados e estabelecimentos similares a divulgarem a data de validade dos alimentos e mercadorias postos em promoção em seus estabelecimentos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em votação o Projeto de Lei nº 083/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 080/15 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID, que fica estabelecido que as concessionárias de veículo automotor sediadas no Estado de Rondônia plantem uma árvore para cada veículo novo vendido e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 080/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais Matérias, Sr. Presidente.

Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária no prazo de um minuto para apreciar o Projeto de Lei nº 092/15 que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 13 horas e 12 minutos).

**ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 9ª LEGISLATURA**

(Em 01 de julho de 2015)

**Presidência do Sr.
Maurão de Carvalho - Presidente**

**Secretariado pelo o Sr.
Lebrão - 1º Secretário**

(Às 13 horas e 20 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Alex Redano(SD), Ezequiel Júnior (PSDC), Jesuíno Boabaid (PT de B), Lebrão (PTN), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PP) e Rosângela Donadon (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Aécio da TV (PP), Airtton Gurgacz (PDT), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Laerte Gomes (PEN), Lázinho da Fetagro(PT), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Marcelino Tenório (PRP), Ribamar Araújo (PT), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Havendo número regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 1ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 9ª Legislatura.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da Convocação das Matérias Objeto da convocação.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – MENSAGEM Nº 125, de 30 de junho de 2015 - Excelentíssimos senhores Membros da Assembleia Legislativa. A par de atenciosos cumprimentos, no uso da prerrogativa conferida pela norma contida na alínea 'b', do inciso III, do Artigo 28 da Constituição Estadual, convoco esta Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia para reunir-se, Extraordinariamente nos dias 1º e 02 de Julho de 2015.

Em face do disposto no Artigo 139 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, as Matérias a serem apreciadas são as contidas no Anexo Único a esta Mensagem.

Na oportunidade, reafirmo meus sinceros protestos de especial estima e consideração.

Confúcio Aires Moura, Governador.

PAUTA DE CONVOCAÇÃO

- **MENSAGEM Nº 079 de 05.05.2015**, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por anulação até o montante de R\$ 527.345,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científica e Tecnológicas à Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERÓ.

- **MENSAGEM Nº 100 de 02.06.2015**, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação o montante de R\$ 2.027.548,00, em favor das Unidades Orçamentárias Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL, Fundo Especial de Proteção Ambiental – FEPRAM e Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

- **MENSAGEM Nº 101 de 02.06.2015**, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro até o montante de R\$ 378.727.18,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia – FUNDEP.

- **MENSAGEM Nº 102 de 02.06.2015**, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro até o montante de R\$ 756.630,00, em favor da Unidade orçamentária Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL.

- **MENSAGEM Nº 105 de 03.06.2015**, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação o montante de R\$ 22.000.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN.

- **MENSAGEM Nº 108 de 15.06.2015**, que dispõe sobre a criação de Cargos de Comissão de Direção, Chefia e Assessoramento no âmbito da Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia – CAERD.

- **MENSAGEM Nº 109 de 15.06.2015**, que dispõe sobre a criação das Coordenadorias Regionais de Educação e o Núcleo de Apoio às CRE's e dá outras providências.

- **MENSAGEM Nº 120 de 23.06.2015**, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro até o montante de R\$ 1.021.656,18, em favor da Unidade orçamentária Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

- **MENSAGEM Nº 121 de 23.06.2015**, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Anulação até o montante de R\$ 2.160.754,31, em favor das Unidades orçamentárias Fundo Estadual do Esporte da Cultura e do Lazer-SECEL e Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

- **MENSAGEM Nº 123 de 25.06.2015**, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, o montante de R\$ 4.722.167,85, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS.

- **MENSAGEM nº 123 de 25.06.2015**, que dispõe sobre a estruturação organizacional e o funcionamento da Administração Pública Estadual, extingue, incorpora órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.
Lidas as Mensagens, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco outra Sessão Extraordinária para em seguida apreciar em primeira discussão e votação as Matérias objeto da Pauta de Convocação. Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 13 horas e 25 minutos)

ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 9ª LEGISLATURA

(Em 02 de julho de 2015)

**Presidência do Sr.
Maurão de Carvalho – Presidente**

**Secretariado pelo o Sr.
Lebrão - 1º Secretário**

(Às 11 horas e 35 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Aécio da TV (PP), Ailton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Jesuino Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Adelino Follador (DEM), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP) e Saulo Moreira (PDT).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 5ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 9ª Legislatura.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço a dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior, e determino a sua publicação no Diário oficial da Assembleia Legislativa.

Passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das Matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 021/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 124, que dispõe sobre a estruturação organizacional e o funcionamento da Administração Pública Estadual, extingue,

incorpora órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão o Projeto de Lei nº 021/15.

Votação nominal.

O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (|Presidente) - Com 15 votos favoráveis está aprovado o projeto em segunda discussão.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais Matérias.

Está encerrada a Ordem do Dia. E eu faço um agradecimento a cada um dos Deputados pela colaboração nessa Sessão.

O SR. LAERTE GOMES – E a Matéria do Deputado Aécio, Senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, declaro encerrada a 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 9ª Legislatura.

Convoco a 2ª Sessão Legislativa Extraordinária daqui há minutos, enquanto prepara o projeto, e nós voltaremos para a votação.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 11 horas e 38 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 174/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o ATO/Nº173/2015-SRH/D/P/ALE, de 14/07/2015, publicado no Diário Oficial da ALE/RO, nº 115, pag. 2191, de 15.07.2015.

Porto Velho - RO, 15 de Julho de 2015.

MAURÃO DE CARVALHO

Presidente

ATO Nº 175/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 15 a 17/07/2015 ao servidor relacionado para deslocar - se a Ji-Paraná e Cacoal - RO, onde irá visitar os Polos das Escolas do Legislativo, conforme Processo nº. 9139/2015-95.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200160376	Arido Lopes da Silva	Secretário Geral	Gab. da Secretaria Geral

Porto Velho - RO, 15 de Julho de 2015.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral

SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO**PORTARIA Nº 009 SPMG-ALE/2015**

Porto Velho, 21 de julho de 2015.

Ajusta o Quadro de Detalhamento da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

O Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 001/2014-MD/ALE e conforme autorização contida na Lei nº 3.497, de 29 de dezembro de 2014, § 1º, do Artigo 8º, Lei Orçamentária Anual.

RESOLVE:

Art. 1º Promover Ajuste necessário ao Quadro de Detalhamento da Despesa, para atender as necessidades, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
01.001.01.122.1020.2063	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO PESSOAL CIVIL ATIVO E ENCARGOS	3.1.90.11	100	1.000.000,00
TOTAL				1.000.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
01.001.01.122.1020.2063	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO PESSOAL CIVIL ATIVO E ENCARGOS	3.1.90.94	100	1.000.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano dos Santos Guimarães
Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão